

**Resoluções
da Segunda
Assembleia
Nacional da
UNIPA**



Janeiro-Fevereiro de 2012

Resoluções da Segunda Assembleia Nacional da UNIPA

Janeiro-Fevereiro de 2012

A UNIPA realizou em janeiro de 2012 discussões da sua segunda Assembleia Nacional. Essa Assembleia é marcada por uma conjuntura internacional e nacional relativamente similar ao do ano anterior. Entretanto um rigoroso balanço da questão social no governo Lula e Dilma foi realizado, como forma de instrumentalizar o trabalho de propaganda, agitação e organização entre as massas trabalhadoras.

A Assembleia foi um marco também para a construção do grupo político nacional (GPN) por termos conseguido alcançar os três núcleos, que serão os responsáveis pelo aprofundamento do grau da construção do GPN e de suas correntes de massa. Além disso, realizamos um balanço organizativo, ou seja, uma análise crítica da ação da organização, suas realizações e principais desafios. Isso faz parte tanto do trabalho de planejamento como da formação política:

Aprender analisar a realidade

Como afirma Sun Tzu, *“aquele que conhece a si próprio e conhece o inimigo, não sofrerá derrotas. Aquele que conhece o inimigo ou a si próprio, para cada vitória sofrerá uma derrota. E aquele que não conhece nem o inimigo nem a si próprio perderá todas as batalhas”*. Nós queremos vencer nossas batalhas. Por isso nos educamos a conhecer a nós mesmos e nossos inimigos. Dessa maneira apresentamos abaixo as principais análises e resoluções políticas da 2ª Assembleia Nacional e uma análise da conjuntura atual.

1) Balanço Organizativo: o processo de construção do anarquismo revolucionário no Brasil e em escala internacional

Primeiramente, é preciso fazer uma recuperação da linha da UNIPA no período 2003-2011. Em segundo lugar uma análise de como ela se diferenciou na prática do governismo (do PT e PCdoB especialmente) e do reformismo oportunista de direita e de esquerda (PSOL e PSTU), do ecletismo e revisionismo anarco-comunista.

2004: a UNIPA Lançou o Comunicado *“A Crise do Governismo e Estratégia da Ação Direta”* e em 2005 *“As Reformas do Governo Lula e as Tarefas do Proletariado”*. A nossa caracterização dizia que as reformas do governo Lula (especialmente a previdência social e trabalhista) estavam precipitando uma cisão nas bases sindicais e populares de apoio do governo e que isso poderia gerar uma oportunidade histórica. Indicamos também que a partir de uma contradição situacional (que mascarava contradições de classe profundas) co-

locava uma divisão entre governistas e “anti-governistas”. Indicamos também que o campo antigovernista era hegemonizado pelo Oportunismo de Direita do Novo Partido (depois PSOL) e Esquerda do PSTU, mas que toda ação concreta de mobilização que esses setores conduzissem abriria campo para uma intervenção de propaganda, agitação e organização classista, dirigida por setores revolucionários. Dessa maneira definimos que iríamos praticar a unidade de ação na frente antigovernista, desde que essa se materializasse numa organização de massas de novo tipo e um programa de resistência às reformas neoliberais. Isso foi o que aconteceu.

Muito cedo o campo antigovernista se cindiu em relação ao tema estratégico: permanência na CUT ou formação de organização de massas de novo tipo. Entre os setores que formariam a Intersindical (que defendiam a permanência na CUT e uma política conciliatória com o governo no plano de massas e partidário) e o movimento da CONLUTAS, que inspirado pelas mobilizações na Argentina em 2001, tinha o discurso de uma organização de novo tipo (especialmente enfatizando a natureza democrática e a participação de todas as frações do proletariado).

Entretanto, nessa mesma caracterização, indicávamos que a direção oportunista iria cedo ou tarde abortar e trair esse processo. Nossa intervenção foi tática e principista ao mesmo tempo; tática porque sabíamos dessa contradição do movimento e nossa intervenção era dirigida pelo objetivo do momento de construir a organização bakuninista como grupo político nacional. Principista, porque na intervenção dentro da Conlutas e de diversos sindicatos e universidades, mantínhamos um programa que ia além do antigovernismo e fazia a crítica do reformismo, do sindicalismo corporativista de Estado e do desenvolvimentismo (que iria capturar o PSOL e o PSTU no final do Governo Lula), mantendo os princípios programáticos e estratégicos de longo prazo. Sempre defendemos a necessidade de organizar a luta contra o sindicalismo de Estado, estender as formas de ação direta de massas e ter um programa de massas centrado nas reivindicações econômicas e políticas integrais da classe trabalhadora brasileira, adequadas ao momento. Isso implicava em não rebaixar reivindicações salariais e não capitular diante da ofensiva de ampliação da estatização dos sindicatos (como representada pela Lei das Centrais de 2008).

Ou seja, intervenção tática, aproveitar a oportunidade histórica da Conlutas para aumentar a experiência do pequeno coletivo original da UNIPA e recrutar

militantes e formar núcleos em outras regiões do país (como o comunicado Construção do Partido revolucionário Anarquista, 2007, indica). Do ponto de vista da luta principista, mantivemos um ferrenho combate à capitulação contínua da Conlutas primeiro à Intersindical e depois à CUT, por meio dos chamados a uma falaciosa “unidade de ação” que era apenas a negociação de cúpula. Entre 2006 e 2009 denunciávamos esse movimento de capitulação (o comunicado “*Quando a Unidade é rompida sobre os gritos de unidade*” sintetiza nossa política nesse período). Advertíamos primeiramente que as alianças táticas com os governistas em eleições locais realizadas por setores da Conlutas (ver vários casos no texto citado) era uma contradição que paralisava a construção dos reais instrumentos de reorganização dos trabalhadores, as oposições de base. Usamos como título, ironicamente a frase de Lenin, para desmascarar a política de capitulação do PSTU que conduziria à liquidação da Conlutas. O nosso argumento era simples: a unidade deveria ser construída nas lutas das categorias (serviço público, correios, petroleiros e etc.), mas nessas categorias estratégicas os setores autoproclamados anti-governistas não só não se unificavam entre si, como faziam alianças vergonhosas com o PCdoB/CSC/CTB e PT/CUT, em troca de cargos e aplicando a política governista que fragmentava as bases. Nós fomos praticamente o único setor organizado a prever e combater isso sistematicamente dentro das assembleias de base das categorias em que atuávamos e levar essas posições (quando vitoriosas) para as reuniões da CONLUTAS. Fomos também o setor que preparou uma Tese contrária à liquidação da CONLUTAS evocando seu projeto original (mesmo sabendo que isso também era tático) no Congresso de 2010 em Santos (congresso este, que expôs o PSTU ao constrangimento público). O PSOL e suas correntes solenemente recusaram a fusão e outras correntes ainda saíram da CONLUTAS, ou seja, o saldo da política foi o retrocesso. Retrocesso da CONLUTAS que hoje é usado de forma acrítica para justificar o reboquismo ante a CUT/PT e CTB/PCdoB, verdadeira direção do movimento de massas. Mas a CONLUTAS cumpriu um papel histórico. Mostrou que é possível uma oposição de massas em escala nacional. Só que ela precisa ter um programa mais sólido e uma direção mais consequente.

É preciso tecer um rápido comentário sobre o campo do ecletismo-revisionismo anarquista. Esse, como era de se esperar, teve comportamentos contraditórios, mas de maneira geral confirmou a análise da UNIPA de 2003 e 2006: na hora do debate e da cisão em escala nacional o setor tinha pouca capacidade teórica de interpretação da realidade e tem, entre 2003 e 2010, reafirmando as mesmas declarações genéricas de princípios.

Enquanto a UNIPA publicou as Resoluções do III e IV Congressos em que firma teses teóricas sobre o desenvolvimento capitalista e a teoria da revolução brasileira, sobre a história do anarquismo, o ecletismo permanece estagnado – apenas reafirmando as velhas posições. No campo da prática, sob argumentos muito superficiais da “inexistência de condições” (ignorando mesmo posições de autores como Luigi Fabri, ecletista Italiano que desenvolve uma importante reflexão sobre o tema da dinâmica minoria-maioria) eles foram levados a duas ações: 1) abstenção da luta no movimento estudantil, setor estratégico no Brasil e de uma linha sindical e estudantil independente; 2) captura pela po-

lítica centrista da Intersindical e às vezes mesmo pela política governista em certas localidades (como no RS), de maneira que não formularam uma linha de massas independente, apenas a política semicooperativista de “apoio a movimentos populares e educacionais”, que usam como um traço de distinção e “superioridade” (em razão do seu romantismo e fetichismo pelo “excluídos”, reverso do fetiche marxista do “operário industrial”). E aqui reside toda a diferença concreta da interpretação do significado da teoria. Mesmo em movimentos como MNCR e MTD não se viu o ecletismo atuar como uma oposição, tencionando os setores de direita, mas ao contrário, reproduziam o discurso genérico do setor do PSOL/PCB e Intersindical contra o PSTU e nos acusavam com anátemas igualmente genéricos. Sua atuação sempre foi muito local, sem qualquer direção estratégica concreta. Mas a questão fundamental do programa e tática utilizada dentro dos movimentos, de como eles se diferenciavam do governismo, do antigovernismo oportunista, não foi feito nada. Só declarações genéricas da necessidade de organizar o povo, quando o nível do debate estava em outro patamar. E nesse patamar era reproduzido o discurso do PT e do PSOL. Essa postura impediu uma unidade de ação de bakuninista e ecletistas no movimento de massas, por que frequentemente suas posições genéricas levavam a reificação da política governista ou do oportunismo de direita, a qual não somente não davam combate como reproduziam de forma consciente ou inconsciente. E ao contrário do que muitos pensam isso não é uma acusação. Isso é e foi uma constatação e um alerta. Ainda há tempo de fazer a autocrítica e redirecionar sua linha, pelo menos a de massas. Ao contrário do que o ranço individualista que permanece no ecletismo induz, não nos interessa nem um pouco fazer críticas destrutivas, nem ao FAO, nem a nenhum partido reformista, mas sim atacar o reformismo em sua forma degenerada e sua política de massas, manter a unidade tática sempre que as condições históricas permitirem e exigirem.

E aí chegamos ao ponto crucial. Nossa tática e política principista deu resultados. Em 2003 partíamos de condições extremamente desfavoráveis. Éramos um grupo pequeno, com poucos recursos materiais, sem alianças com grupos revolucionários e num país em que o anarquismo revolucionário não tinha tradição. Sem nenhum trabalho teórico prévio, sem nenhum apoio internacional. O acerto da tática nos fez enfrentar e sobreviver a tais adversidades até hoje. E hoje somos um grupo que atua em três regiões do país, com militantes nas frentes sindical, estudantil e teórica, além de uma capacidade ociosa nos movimentos sociais urbanos. Ao contrário do desaparecimento “profetizado” por diversos adversários, avançamos. Organizamos Comitês de Apoio e Propaganda em 3 estados além dos que tínhamos núcleos e pró-núcleos. Nossa propaganda é nacional. Construímos uma protocorrente estudantil. Acumulamos experiência de participação em greves operárias locais e nacionais, greves do serviço público, atos de rua e avançamos na luta teórica, com a publicação de dois números da Revista Via Combativa, suportamos demissões e prisões de militantes. Ou seja, a intervenção na CONLUTAS atingiu o resultado esperado. Trouxe novos militantes e formamos novos núcleos e alcançamos o objetivo de nos tornarmos um **Grupo Político Nacional**, pequeno embrião da futura Organização Revolucionária Anarquista.

Outra realização. Em 2003 não rompemos só com

o ecletismo brasileiro, rompemos com os elos que nos uniam ao ecletismo internacional. Infelizmente a FAU, que nos anos 1960 deu passos em direção ao anarquismo revolucionário, depois da redemocratização uruguaia foi dominada pelo ecletismo e pelas influências da política do eurocomunismo e pós-modernismo. Um passo a frente, dois a retaguarda, é o resumo da história da FAU. Quem deveria capitanear o processo por sua legitimidade, abdicou da tarefa. Hoje ocupa um papel igual as demais organizações, paralisada. Foi nesse contexto que a UNIPA conseguiu estabelecer a cooperação com um grupo mexicano, a OPAR e juntos iniciamos um trabalho teórico que resultou no lançamento da *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário*, documento mais completo e mais aprofundado sobre teoria e programa, a luta entre anarquismo e comunismo na história do movimento operário de uma ótica anarquista e revolucionária. Ótica entenda-se, método e conceitos firmados na leitura e pesquisa rigorosa. Não existe análise similar a nossa e nós podemos debater abertamente quando for necessário com quem achar que tem argumentos. Ao mesmo tempo criamos o Comitê Pró-RAI (Rede Anarquista Internacional) para aglutinar grupos aderentes a Plataforma que trabalharão pela criação da TCI (Tendência Classista e Internacionalista) nos seus países. Elaboramos também um programa de massas concreto, com reivindicações claras e objetivas para formar oposições de base.

Feitas essas considerações, temos de reafirmar, os avanços que conseguimos são reais, mas pequenos em relação à tarefa que temos de realizar. O trabalho de massas continua numa dinâmica de fluxo/refluxo distinto em cada categoria e região. De maneira geral, na frente sindical realizamos a luta ideológica, participamos em lutas econômicas, mas não conseguimos avançar para a construção de uma protocorrente nacional. Tarefa que permanece pendente. As causas são mais objetivas (externas à organização) do que internas. O predomínio do governismo imobiliza as lutas, e não cria oportunidades históricas para surgimento de novas lutas e novos militantes. Na frente estudantil conseguimos manter o trabalho na protocorrente estudantil e falta agora conseguir colocar uma linha diferente dentro das executivas nacionais de curso em que temos condições de refletir nossas posições. Mas todo esse trabalho pode sempre sofrer recuos.

Por outro lado à dissolução do campo antigovernista e especialmente a liquidação da CONLUTAS dificulta a amplificação de nossas posições. Assim temos de recuar para uma luta local e/ou nacional, mas setorial, onde é mais difícil a especificidade de nossa linha conseguir voz. Hoje só existe a política governista comandando o movimento, reproduzida pelo PSOL e pelo PSTU como um imperativo da crise mundial.

A degeneração do reformismo ao ponto dele não fazer nem mesmo as lutas econômicas básicas coloca tarefas muito mais complexas e demoradas aos revolucionários.

Cabe fazer também um comentário sobre a conjuntura internacional e a crise do capitalismo. Ela foi usada (e apontamos isso no Jornal Causa do Povo diversas vezes desde 2008) de duas maneiras: pelos governistas, para criar a imagem da economia brasileira "blindada" contra a crise, governo eficiente. E pelos oportunistas como justificativa para rebaixamento das pautas, das táticas de luta e do aprofundamento da

"frente ampla" com os governistas. Mas o que a crise tem mostrado é que a ofensiva burguesa se acirra no centro do capitalismo e que as condições econômicas no Brasil se deterioraram. Setores importantes da economia foram afetados, mesmo que não tenha ocorrido uma paralisação global da economia. O gasto público é crescente por conta dos Megaprojetos, e a redução dos gastos públicos no período anterior foi um elemento fundamental da "blindagem". Aumentar os gastos implicará em aumentar o arrocho salarial sobre os trabalhadores podendo gerar um círculo vicioso.

Ao mesmo tempo, o novo ciclo de luta de classes na Europa (2008-2011) e na África (2011-2012) serve também para mostrar as limitações dos movimentos de massa e possíveis questões para a luta de classes no Brasil. No caso da Europa, os heroicos protestos dos insurrecionalistas gregos são uma lição para todos os trabalhadores do mundo. Mas eles também devem aprender com a própria experiência histórica, e integralizar a prática insurrecional dentro da teoria do desenvolvimento harmônico global, na dialética entre a organização política e a organização de massas. Falta-nos elementos para uma análise detalhada, mas o insurrecionalismo grego não pode ser a tropa de choque de um combate para o qual não tem nem teoria nem programa. O mesmo acontece na Espanha (com os protestos da juventude desempregada) e França (com a população da periferia e imigrante). Os ciclos de luta têm levado a um avanço da reação e nazi-fascismo: o ataque nazista na Dinamarca contra o Partido Socialista acobertado pelo Governo e o crescimento do nazismo no leste europeu provam isso. Assim, o avanço da crise gera uma dialética ascendente de revolução/reação. É preciso levar a sério essa situação, pois elas sempre tenderam a se mundializar.

O caso da África fica mais claro. Saudado de forma oportunista e ingênua em 2011 como "A Primavera Árabe", o que ela tem produzido são "mini Napoleões III" (na figura da Junta Militar Egípcia e do Governo pró-Imperialista da Líbia). Como tínhamos advertido, na realidade não se tratavam de revoluções, mas de contrarrevoluções de efeito retardado (como no caso da Líbia, em que se derrubou o nacional-desenvolvimentismo de Kadaf) e movimentos constitucionais-autoritários (Egito e Tunísia). O massacre do estádio no Egito e o estádio de sítio proposto pela Junta Militar mostram que a euforia com as pseudorrevoluções burguesas estão rapidamente sendo esquecidas. E que o movimento de massas, verdadeira conquista desses processos, começa a se desprender das direções burguesas e ser atacado por elas.

No caso do Brasil um elemento recente cabe destacar. As greves das Polícias Cíveis e Militares da Bahia e Ceará e a tentativa de greve unificada de Bombeiros, Polícia Militar e Civil no Rio de Janeiro. A contenção de gastos públicos é o que gerou esses movimentos degenerados e abortados. Elas dão duas lições fundamentais: Suas reivindicações corporativas são rapidamente desmobilizadas por acordos com os Governos estaduais. Mas eles anunciam o que pode acontecer em larga escala: não existirá negociação, mas criminalização, espionagem e militarização. Ou seja, o legalismo não dará conta dessas formas de luta. A perseguição por "incitação da greve e ao motim" mostram a natureza da política do Governo Dilma e dos Governos Estaduais do PSDB, PMDB e etc.

Mas por outro lado, ficou claro que o fantasma da greve e da desobediência está de novo colocado: a greve geral dos setores estratégicos é o único instrumento efetivo de luta, e a repressão e prisão dos grevistas (especialmente dos Bombeiros mostra isso), assim como a rápida mobilização do exército para fazer trabalho de polícia. O regime dos sabres opera silenciosamente na democracia burguesa. E nisso não há novidade histórica. A repressão no Pinheirinho, a repressão na USP, na Universidade de Rondônia e as ações da Polícia Federal contra indígenas mostram isso.

O que está posto é: a dinâmica e luta por meio das greves desencadeará uma dinâmica repressivo-autoritária. A crise econômica, em razão dos megaprojetos, da acumulação incessante dos grandes monopólios e da corrupção ordinária tenderá necessariamente a vulnerabilizar a "blindagem". O que as greves da polícia e a repressão mostram é que não existirá espaço para a política de meias verdades do oportunismo. O proletariado precisará reconstruir sua política. E essa será a grande política revolucionária, hoje na escala local, amanhã ou depois, em escala nacional.

O Governo Dilma está aprofundando o abismo com os movimentos sociais. Estão se criando as condições para uma segunda crise do governismo, só que essa mais profunda. Pois dessa crise ou irá surgir uma ofensiva burguesa avassaladora que contará com o apoio explícito da CUT e CTB ou desencadeará movimentos espontâneos que sofrerão a pressão dessas forças. Dessa maneira, a agrupação das forças revolucionárias anarquistas será decisiva para se colocar como uma alternativa. Hoje ainda não temos condições de ser essa alternativa. Mas iremos trabalhar para alcançar condições melhores nos próximos três anos.

Nesse sentido, iremos falar do problema fundamental. O tipo de agitação, propaganda e organização, de militantes e dirigentes necessários nessa situação histórica e também da política que devemos aplicar. É preciso trazer para a política toda uma nova geração de trabalhadores, do campo e da cidade, e dos estudantes proletários – futuros trabalhadores manuais qualificados, intelectuais pauperizados ou trabalhadores manuais não qualificados. A política será feita para trazer esses setores.

Mas qual a política que combatemos? A política hoje é de combate ao governismo. Mas o governismo é apenas um rótulo superficial. A política por detrás do governismo é uma mescla de neoliberalismo, toyotismo, corporativismo e nacional-desenvolvimentismo. ***Ou seja, é a forma particular do capitalismo ultramonopolista no Brasil nesse momento histórico.*** É a contradição interna do sistema capitalista no Brasil. Um Estado neoliberal que por questões de conjuntura precisa se valer de discursos e políticas desenvolvimentistas. Muito longe do pós-neoliberalismo, tanto quanto estávamos do "socialismo" na época do nacionaldesenvolvimentismo. É uma combinação empírica complexa que precisa ser compreendida para além de qualquer rótulo.

2) Sobre a política de organização e da luta teórica: significado da formação de militantes (função de iniciador-dirigente) na atual conjuntura

Existe uma questão fundamental na atual conjuntura. Resolver o problema de organização do prole-

tariado. Isso significa colocar o problema da organização dos revolucionários e para colocar esse problema é preciso expandir a luta ideológica e teórica e formar novos militantes. O problema conjunto da organização/formação de militantes é também o problema da luta pela hegemonia, daquilo que nós denominamos de ***dinâmica minoria-maioria***.

E este problema está ligado a toda a ***dialética revolução/contrarrevolução*** e o que ela comporta dentro de si (explicaremos o sentido desses termos adiante). Todo grupo político, reformista ou revolucionário, sempre surge numa posição minoritária em relação ao sistema (entendendo-se isso por capacidade de representação e mobilização política proporcional, qualquer seja o seu número absoluto real). E logo precisa enfrentar o problema de se tornar "maioria".

Logo todo o discurso genérico de "inexistência" de condições objetivas, quando não associado à determinação específica de quais condições são ou não necessárias não são nada além da repetição do "mito de invencibilidade do capitalismo". De uma ideologia burguesa.

É de fundamental importância saber caracterizar corretamente a situação histórica e para isso é preciso definições claras. No antagonismo geral e estrutural, no plano histórico concreto o reformismo começa por se desenvolver sempre por meio de ações que pertencem aos dois campos, o da revolução e contrarrevolução e vai progressivamente substituindo ou eliminando as ações que somam para revolução e ampliando aquelas contribuem para a contrarrevolução (daí a dificuldade das estabilizações "democráticas", por conta do fantasma da revolução que sempre paira mesmo sob os movimentos dirigidos por reformistas).

Essa ambiguidade inerente ao reformismo explica em muito sua longevidade e recorrência, e também sua desintegração cíclica nas ditaduras ou integração sistêmica (acomodação dentro do capitalismo, vista como "traições" individuais). Assim existe um nível máximo de ações que o reformismo não pode ultrapassar, não somente em razão da reação burguesa, mas por questões internas de sua própria lógica.

O reformismo no Brasil já alcançou esse nível de integração sistêmica. Hoje, no Brasil o reformismo integra o campo da contrarrevolução. No passado o reformismo se desenvolveu de formas mais contraditórias (como caso do PCB), levando a sua desintegração em múltiplas forças revolucionárias de diferentes orientações teóricas no final dos anos 1960. Logo é óbvio que a luta de classes tende a engendrar outras formas de reformismo e movimentos revolucionários. Os novos reformistas vão se apresentar como formas "revolucionárias" (exatamente por terem de combater o reformismo em seu estado degenerado) – e foi esse o papel do PT da CUT no passado, quando surgiram se apresentando como um avanço em relação ao PCB e como alternativa à sua burocratização e aos sindicatos oficiais.

Muito pouco provável é que esse reformismo renovado surja agora do PT, do PCdoB e do PSOL/PSTU. Isso pode acontecer num improvável movimento de reunificação dos Partidos Comunistas, ou por cisões das bases. Mas é improvável. E sempre que o reformismo surge, por sua própria lógica de ter de ser uma maioria eleitoral, ele precisa se tornar em alguma medida um partido de organização de massas, ou seja,

ter um programa de reivindicações e realizar enfrentamentos parciais contra o Capital e o Estado por meio da ação direta (mesmo que tutelada). Mas conforme avança essa maioria eleitoral, ele desorganiza as bases de massas por necessidades diversas. Mas sem cumprir essa etapa, nenhum partido reformista pode vir ser maioria eleitoral. Todos os exemplos históricos mais significativos, da Social Democracia Alemã antes de 1914, do Partido Socialista do Chile nos anos 1960, mostram isso.

Daí o dilema do PSOL/PSTU. Querem ser maioria eleitoral sem ter um programa de reivindicações efetivo de enfrentamento ao capital e Estado, sem terem organizações de massa efetivas, pautadas na ação direta. Operam, por seguidismo, com métodos do PT e PCdoB que são hoje a "maioria". E logo trabalham no nível mínimo de mobilização e enfrentamento, que atende as necessidades históricas do PT/PCdoB, mas não do PSOL/PSTU. Ficam presos num círculo vicioso de apelo/ultimato as forças majoritárias enquanto reproduzem as condições que os tornam minoritários (a ausência de lutas autônomas e diretas da classe).

Assim tanto no nível programático, quanto estratégico e organizativo, o reformismo no Brasil hoje se apresenta no mais avançado grau de integração no capitalismo. Ainda que pela própria imobilidade, como é o caso do PSTU por conta de suas opções políticas e teóricas.

É por isso que a margem de unidade de ação com os reformistas é tão pequena no momento (mas isso pode eventualmente mudar). Ou seja, para apontar as corretas táticas de Luta diante das ofensivas governistas aos direitos dos trabalhadores no Brasil e da Crise Mundial, é preciso identificar que: 1) há um **problema estrutural**, que é o modelo de sindicalismo de Estado e as dinâmicas de ação-reação médias da classe trabalhadora diante dos problemas históricos. Isso significa que as ferramentas (sindicatos, confederações, centrais) não somente não estão adequadas a luta, como estão organizadas para emperrar e impedir certas formas de luta (especialmente a greve geral e a luta de massas pela ação direta). Isso se soma às pressões objetivas e materiais sobre a classe, e sua condição subjetiva, com a disseminação do imobilismo, do conservadorismo e corporativismo e diversas formas de ação fragmentadas dos trabalhadores que os impedem de se transformar numa força coletiva.

Além disso, existe um **problema conjuntural**: a natureza governista da direção dos movimentos (PT e PCdoB dirigem os principais movimentos como CUT, CTB e outros) e as contradições das "oposições" (PSTU, PSOL e suas mini-centrais-aparelhos), que não somente não combatem esses desvios ideológicos presentes na classe, como as promovem por meio do legalismo, do corporativismo ou simples oportunismo. Dessa maneira, as poucas lutas que surgem são dirigidas para objetivos rebaixados, conduzidos por táticas erradas que geram a confusão e desmoralização na base.

Diante desses dois problemas (estrutural e conjuntural), a ação política de qualquer minoria/oposição (política, sindical no sentido amplo) sempre vai enfrentar a adversidade do isolamento e hostilidade das demais forças. Por outro lado, essas forças sempre vão trabalhar para confundir as posições dos revolucionários com as suas, ou simplesmente desacreditar e difamar as posições revolucionárias como de "provoca-

dores" e/ou "esquerdistas" (como já aconteceu e vem acontecendo e como é a tática da burguesia contra os revolucionários em geral).

Mas apesar de uma luta dura, a tática correta permite aos revolucionários atuarem. Para isso é preciso contra-atacar as acusações que os revolucionários, e particularmente a UNIPA, enfrentam vindo dos mais variados campos, desde o governismo (PT/PCdoB e etc.), das oposições oportunistas (PSTU e PSOL) e em menor medida e de forma difusa do ecletismo e revisionismo anarquista. As acusações principais são: a) sectarismo; b) dogmatismo e /ou falta de teoria; c) falta de expressão de "massas" d) autoritarismo e "bolchevismo".

Bom demonstrarmos que essas acusações são apenas cortina de fumaça que visam desviar o foco do debate (os problemas estruturais e conjunturais da classe), quando colocamos nas bases. Apresentamos dados objetivos. Abaixo apresentamos um resumo de Ações de Agitação, Propaganda e Organização Realizadas pela UNIPA para mostrar como é possível agir mesmo sob condições de hegemonia e refluxo generalizado.

Podemos sumarizar aqui as realizações, pequenas, porém reais, da UNIPA na frente de massas e na frente teórica: 1) Organização de um bloco de crítica no primeiro CONAT com grupos de diferentes orientações ideológicas (marxistas, trotskistas e mesmo os ecletistas da antiga OSL-SP) e depois unidade de ação nas Plenárias da CONLUTAS; organização de uma Plenária de Movimentos de Oposição no Congresso da CONLUTAS de 2010 (com mais de 45 militantes de base sindical e popular). Ou seja, quem conseguiu como pequeno grupo ter essa incidência de massas em acontecimentos reais, marcando a contradição com o governismo e o paragovernismo? Conseguimos não somente eleger delegados de base para congressos sindicais locais e nacionais, como aprovamos várias de nossas teses (que então passaram a ser objeto de disputa no encaminhamento cotidiano). Realizamos Plenárias Estudantis durante o primeiro Congresso da ANEL, plenárias Sistemáticas estudantis entre 2009-2011. Na Frente Sindical participamos de diversos comandos locais e nacionais de greve e ensaiamos a construção de oposições e fóruns unitários de base, de maneira que pudemos apresentar nossa linha diferenciada no movimento sindical. Ao mesmo tempo marcamos posições nas greves, defendendo pautas econômicas que não fragmentavam as categorias e nem eram rebaixadas, como as pautas encaminhadas pelas direções governistas. Na Frente Teórica realizamos a elaboração de dois Conjuntos de Teses (algumas que ainda serão Publicadas em Livro): "Teses sobre a História do Anarquismo (Via Combativa 01)"; "Teses sobre a Revolução Brasileira e Desenvolvimento Capitalista no Brasil" (com uma síntese na Via Combativa 02) e "Teses sobre Crise do Capitalismo" (Entendendo que o debate teórico se faz nas instituições e grupos que produzem teoria, ou seja, não considerando como interlocução legítima qualquer manifestação do debate fora desse campo).

Isso sem contar: a) intervenção sistemática em greves, atos de rua e atos em universidades; b) intervenção em assembleias de base de categorias diversas. Essas intervenções nós não destacamos porque elas são elementares, determinam a rotina de um grupo político. Nossa propaganda alcançou mais de 100

entidades e categorias sindicais e estudantis, em mais de 8 estados das 5 regiões do Brasil.

Mas as ações de "APO" elencadas acima mostram uma linha política, uma tática e sua realização dentro de uma conjuntura adversa. Eles mostram o que é a unidade teórica, tática, a responsabilidade coletiva e o federalismo na prática e não como princípio abstrato. E ao mesmo tempo mostram o caráter oportunista e falacioso das críticas de sectarismo, dogmatismo/falta de teoria e falta de expressão de massas (que iremos falar adiante).

a) Sectarismo

Em primeiro lugar tratemos do sectarismo. Nós fomos o primeiro grupo revolucionário a apresentar uma plataforma de unidade de ação. Quando em 2004-2005 identificamos a contradição governismo x antigovernismo, declaramos que trabalharíamos pela unidade de ação do campo antigovernista, mas manteríamos a nossa função anarquista na revolução: manter aceso o polo classista e revolucionário da organização, programa e formas de luta.

Vejamos um trecho de nosso documento de 2004, "A Crise do Governismo e a Estratégia da Ação Direta":

"Neste sentido, devemos estabelecer nossas tarefas mantendo a intransigência revolucionária, o que significa defender as conquistas e direitos materiais do povo hoje sem abrir mão de nosso programa socialista revolucionário. Mas isso sem incorrer em sectarismos: É como diz Fabbri: 'Sempre que os socialistas se empenham numa luta, ainda que parcial, contra o capitalismo e contra o governo, por melhoras imediatas, por uma diminuição da exploração e da opressão, por um aumento do bem estar e da liberdade, estão seguros da solidariedade dos anarquistas no terreno da ação direta popular e proletária. Tanto mais nos solidarizemos ao seu lado e a vanguarda, quanto mais chegemos ao terreno da luta em um conflito contra o capitalismo e o Estado'. (Luigi Fabbri, Ditadura e Revolução). Fabbri, apesar de uma posição teórico-ideológica eclética, soube perceber claramente como os anarquistas deveriam se comportar diante do reformismo republicano e socialista no início do Século XX. O mesmo raciocínio devemos aplicar hoje".

Aqui, camaradas, vemos claramente nosso posicionamento antissectário. Mas ao mesmo tempo nossa capacidade de intransigência revolucionária e teórica. Sem os simplismos que muitos cometem, nós não somente não somos sectários na prática, como não o somos na teoria. Luigi Fabri, Anarco-Comunista Italiano é um autor do qual discordamos. Mas nesse item particular, sobre o papel dos anarquistas na revolução e a relação dentro de "frentes" e momentos de "unidade de ação" ele fez uma formulação correta, coerente com o bakuninismo (um dos problemas do anarco-comunismo italiano foi não ser capaz, por diversos motivos, de manter essa intransigência, mas não temos espaço aqui para essa discussão). Nós não vamos deixar de reconhecer e usar isso como contribuição, como um progresso teórico. Mas não vamos por isso deixar de indicar onde esse progresso converteu-se em estagnação.

Na prática, isso implicou não somente a nossa

ação séria dentro da CONLUTAS e das entidades de base trabalhando com o PSOL e o PSTU sempre que estes tivessem realizando uma luta real, mas também nos permitiu combater o PSTU e o PSOL sempre que titubeavam ou contradiziam a política antigovernista em razão de seu oportunismo. Daí nossa intervenção sempre com teses próprias em congressos sindicais e de base, daí nossa legitimidade nas bases estudantis e sindicais, daí nossa capacidade de agitação e organização. Quando combatemos o PSTU e o PSOL, fizemos unidade de ação pontual com grupos marxistas (maoistas, trotskistas) em diversas circunstâncias. Fomos a única proposta organizativa existente no Congresso de Liquidação da CONLUTAS em 2010 e quem esteve lá viu e sabe que tivemos audiência na Plenária de Oposições que convocamos. Nessa Plenária participaram representantes de diversas entidades sindicais e estudantis e também grupos de orientação ideológica diferente.

De acordo com a dialética concreta, conforme o campo antigovernista se decompunha e se tornava um apêndice do governismo, fomos tomando cada vez mais iniciativas independentes e nos separando dele. E hoje nossa orientação é a formação de oposições locais, regionais e nacionais, pois todas as centrais estão capturadas de uma forma ou outra pelo governismo. Isso se expressa na nossa intervenção independente nas eleições estudantis (de curso, de DCE's e de Executivas Nacionais) de forma independente ou com setores que cumprissem critérios mínimos (como uma política antineoliberal e antigovernista de compromisso com certas formas de organização e luta). Ou seja, nem na prática, nem na teoria, sectarismo. Mas não vamos capitular porque os outros capitulam.

O que é característico da nossa ação é intransigência revolucionária. Não capitulamos do nosso programa reivindicativo, pois ele é parte da preparação dialética da situação revolucionária, pois aponta para a intensificação da luta e polarização de classes. Mas o que é também decisivo dizer é o seguinte: o programa de massas reformista (do PT/PCdoB, e também PSTU/PSOL) é uma caricatura do seu programa de duas décadas atrás, assim como o programa dos ecléticos brasileiro (ou sua inexistência), guarda uma distancia enorme com o programa de massas do anarco-comunismo italiano. Uma força reformista com um programa de massas mínimo, mas autêntico, daria certa contribuição à luta de classes. Isso não ocorre.

b) Dogmatismo e/ou falta de teoria:

A acusação do marxismo, histórica, elaborada pelo próprio Marx, é a de ausência de teoria no bakuninismo. O eclétismo e revisionismo assumem esse mesmo argumento por rechaçar a teoria, ou então por interpretar a teoria de forma completamente equivocada, incorrendo aí sim entre o que Mao-Tse-Tung denominou de "estilo de clichê". Para então darmos mais motivos aos oportunistas e medíocres para nos acusarem de "marxistas", "bolcheviques", vamos citar agora Mao-Tse-Tung (comprovando que em teoria, sabemos subordinar os autores em aspectos particulares e secundários à estrutura teórica geral do bakuninismo):

"Além das ideias confusas sobre as noções de teórico e de intelectual, existe uma ideia confusa, entre muitos camaradas, no que diz respeito à ligação

*entre teoria e prática, expressão que não obstante, eles trazem na ponta da língua. Eles falam constantemente de unir, mas, concretamente, pensam em romper, uma vez que nenhum esforço fazem para unir. Como unir a teoria marxista-leninista com a prática da revolução chinesa? Para usar uma expressão corrente, é disparando a flecha contra o alvo. (...) Alguns camaradas disparam sem ser contra o alvo, disparam à toa. Outros contentam-se em virar e revirar a flecha entre os dedos, exclamando: que bela flecha! Não tem a menor intenção de fazer o disparo. Não são no fundo mais que apreciadores de antiguidades, não tem quase nada a ver com a revolução". (Mao-Tse-Tung, **Retifiquemos o Estilo de Trabalho Partido**).*

Esse é um tema central. A oposição reformista e oportunista não faz teoria. Ela se contenta em celebrar a "flecha do marxismo" ou disparar ela à toa, vendo a crise final do capitalismo, modo de produção feudal onde não existem e nunca existiram.

Os ecletistas, também não fazem teoria, como nós vemos pelo documento "O FAO e o Anarquismo Militante e Revolucionário" (2007). O fato é que os ecletistas e revisionistas do anarquismo, também "viram e reviram a flecha do anarco-comunismo" e exaltam como é bela (especialmente sua diversidade de correntes, que não passa da exacerbação de nominalismos muito pontuais e sem importância). Até agora não demonstraram como ela se liga à sua prática. Os textos das organizações aderentes ao FAO ("O FAO: Carta de Princípios de 2010", Resoluções do Congresso da FARJ de 2008) estão cheios de alusão à unidade teórica e prática, mas não dizem qual é a teoria, qual é a estratégia e qual é o programa (Anarco-comunismo ou Socialismo e uma série de problemas concretos). Até hoje não demonstraram como o evolucionismo de Kropotkin, o idealismo de Malatesta pode ajudar a formular uma teoria sociológica ou econômica. Não vemos o método de Kropotkin nem de Malatesta apresentado em nenhum lugar.

Alem é claro da burguesia, mas não entraremos aqui no mérito dessa teoria mais pragmática e vinculada ao saber oriundo da luta pela produção (mas um dos principais esforços da teoria burguesa é disseminar a ideia de que a teoria não é necessária, para além daquela que já existe e é dada como "natural"), quem faz teoria no Brasil então?

Os mesmos que dirigem o movimento dos trabalhadores. O PT e o PCdoB. Qual é essa teoria? *A Teoria da Revolução Democrático-Burguesa*, renovada, com algumas adaptações cosméticas aqui, com algumas mesclagens com teorias desenvolvimentistas e liberais acolá. O fato é que desde o I Congresso do PT a ideia do fortalecimento da democracia burguesa (dentro de uma etapa de revolução democrática "pacífica") é sua estratégia, assim como desde 1995 para o PCdoB a aliança com as forças "progressistas" (eufemismo para burguesia nacional) faz parte do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo nacional.

Fato: a política de desenvolvimento do capitalismo defendida e capitaneada pelo PT e PCdoB (com suas ofensivas sobre o código florestal, a defesa da privatização e do agronegócio e todas as outras) são desdobramentos e orientações advindos dessa teoria da revolução burguesa e especialmente do diagnóstico da

"estagnação" brasileira e necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. Existem diferenças entre PT e PCdoB que vamos ignorar aqui, mas mesmo que usem nomenclaturas distintas, essa é sua base teórica.

Do reconhecimento da teoria da revolução democrático-burguesa como etapa necessária, vêm também em parte as causas da capitulação do PSOL e PSTU. Eles acabam reconhecendo a necessidade de desenvolver o capitalismo e por isso não combatem às medidas do Governo Lula e Dilma, apenas aspectos pontuais e de acordo com a direção traçada pelo próprio PT/PCdoB. A isso se soma o catastrofismo e economicismo, presentes no marxismo em geral e mais acentuados no trotskismo. A crise é sempre um momento de "frente ampla". Daí a capitulação a inócua política de unidade de ação com os governistas.

Quem mais faz teoria no Brasil? Nós estamos tentando, estamos dando nossos modestos, mas sérios passos. Ao contrário de admirar a flecha do "bakuninismo", nós estamos tentando transformar o bakuninismo numa flecha que atinja o alvo. Neste sentido é fundamental a **importância dos movimentos de massa da classe trabalhadora na construção das teorias socialistas. Tanto suas práticas como formulações reivindicativas e ideológicas foram e são fundamentais para a construção da ideologia e teoria anarquista**. As novas experiências de luta alimentam novas teorias.

E aqui se coloca uma questão central: O que é teoria e como se faz teoria. O senso comum maniqueísta é frequentemente utilizado por marxistas e ecletistas/revisionistas para tentar desqualificar o bakuninismo. O elemento principal de suas acusações é o da "invenção de teorias" ou de "plagiar" o marxismo.

Qual a forma correta de abordar o problema? De forma política e profissional, já que nesse terreno esse argumento é completamente pueril. Mao-Tse-Tung falou no mesmo texto citado acima de dois desvios ideológicos, o dogmatismo e empirismo. Essa acusação é típica do dogmatismo, presente no argumento do plágio e da invenção (que fariam do bakuninismo ilegítimo). Mas o pensamento humano e a ciência em particular é resultado do trabalho coletivo. Cada técnica, cada invenção, cada reflexão filosófica. Esse é todo o processo histórico-cumulativo e contraditório de produção do conhecimento que desaparece, processo esse analisado brilhantemente por Proudhon – na qual já chegou também à negação da propriedade intelectual. O problema é que esse argumento pode ser utilizado nas polemicas secretas, mas no lugar real da produção da teoria esses argumentos são desmoralizados.

A questão é: é legítimo a Marx usar Hegel, Ricardo e Adam Smith? Sim. Isso torna Marx um liberal? Não. Marx não inventou o materialismo, não inventou a dialética, não inventou a teoria do valor trabalho. Ele organizou o conhecimento numa forma particular, específica, motivada por interesses políticos e científicos. Ele criou algo novo. O que Bakunin fez? Usou Proudhon, usou Hegel, usou Comte. Mas deu uma organização a teses desses autores particular, e a vinculou uma prática determinada. Ou seja, eles criaram, a partir de um trabalho coletivo anterior, exercendo a crítica e a criação ao mesmo tempo. O que é a teoria? É esse processo de apropriação, destruição e criação de antigas e novas teses a respeito de todos os objetos da ciência e da vida. Não usar um autor que tenha feito uma desco-

berta científica verdadeira sobre um objeto particular, é dogmatismo e obscurantismo. Não conhecer o trabalho coletivo anterior cristalizado em diferentes teorias e sua importância é empirismo. Nós não somos nem dogmáticos, nem empiristas.

O centro da teoria é o método e a forma como se dá a organização das teses e dos conceitos e principalmente, o uso e aplicação concreta. Bakunin fez isso. Definiu um método e uma organização particular de teses sobre o mundo e a sociedade, resumidas no que nós chamamos de Revolução Integral. Nós criamos também categorias? Sim. Não é papel de nenhum teórico ficar revirando a flecha, dogmaticamente citando autores como um cristão cita a bíblia. A criação torna uma teoria original. O uso original e relativamente distinto de ideias anteriores. Mas nós não negamos o método que denominamos de materialismo sociológico nem a organização das teses sobre a revolução ao qual demos o nome de teoria de revolução integral. Apenas sistematizamos conceitos que estão no próprio Bakunin, categorias que permitam o trabalho teórico. Nada de anormal nisso para qualquer estudante de graduação, qualquer neófito que esteja escrevendo uma monografia. O argumento que nega isso só é encontrado nos documentos políticos que nos acusam, mostrando o absurdo das acusações.

É por isso que na frente teórica fomos os únicos a apresentar teses novas. A *Teoria da Revolução Integral* baseada e fundamentada completamente em Bakunin, que jamais havia sido estudada; começamos a aplicar essa teoria à realidade local (com a *Teoria Anarquista da Revolução Brasileira e do Desenvolvimento Capitalista* esboçada nas Teses do III e IV Congresso, na *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário* e artigos diversos da Revista Via Combativa); são nossos dardos acertando alvos. Nossos camaradas da OPAR também estão desenvolvendo análises da realidade mexicana e elaboraram um programa próprio para o México.

Podemos destacar aqui três "alvos" e descobertas, baseada em pesquisa original e documentação histórica e empírica: a) *uma nova tese sobre a história da AIT e da Comuna de Paris*, em que a influência anarquista foi determinante, sendo a organização bakuninista um ator destacado (ao contrário do relativo consenso historiográfico que esconde, minimiza ou descontextualiza essa participação); b) a concepção filosófica do *materialismo sociológico*, que se apresenta como teoria do conhecimento global alternativa e concorrente ao marxismo, ao racionalismo e empirismo; c) *a afirmação da teoria das forças coletivas*, presente na escola sociológica francesa até hoje, mas que foi uma descoberta proudhoniana desenvolvida por Bakunin, assim como a teoria do estatismo, que pode ajudar na formulação de uma nova teoria da revolução brasileira e do sistema mundial.

O que aqueles que nos acusam de não ter "teoria" produziram? Considerações parciais sobre a história de um fato ou outro local. Curiosidades, na melhor das hipóteses, mas, frequentemente, reprodução de discursos. Antiteoria burguesa na pior forma. Reafirmação do marxismo ortodoxo mais desconcertante (especialmente para os ecletistas). Desafiamos a provarem o contrário.

Mas sabemos que nossa frente teórica está ainda débil, assim como a frente de massas. É preciso

desenvolvê-la e estamos tomando medidas concretas para isso.

c) Falta de expressão de "massas":

Mas aqui chegamos então à terceira acusação. De não termos "expressão de massas", acusação que sofremos dos governistas, dos oportunistas e também dos ecletistas (que nesse caso ganha ares de ridículo, pois a expressão de "massas" do ecletismo é possivelmente igual, senão menor, que a nossa).

Mas aqui reside uma questão fundamental. A conexão entre o problema estrutural e conjuntural da luta de classes no Brasil, bem como da relação entre teoria e prática e especialmente o que chamamos de dinâmica maioria-minoria (que se expressa na luta pela hegemonia e direção do movimento de massas).

Abordando essa questão, abordamos todas as outras. Podemos aqui partir de três visões sobre a luta econômica, a luta política e a forma como se desenvolve a luta de classes. De uma compreensão equivocada dessas surgem várias diferenças de prática que expressam também as diferenças de teoria.

A **visão marxista, ou se preferirem, socialdemocrata/comunista**. Nessa visão a agitação é sinônimo de luta econômica. Luta econômica é apenas luta por salários (diretos, como aumento no valor pago ao trabalhador por hora trabalhada, ou indireto, ou seja, benefícios como bônus, redução de jornada e etc.). Essa luta para eles é "pré-política" e o proletariado só tem interesses desse gênero. Por isso a luta política vem "de fora". Luta política é luta pela conquista do Estado. Não deve existir luta econômica sem a luta política, mas só o partido faz a luta política. Assim procedem a uma inversão, raiz do "substituísmo" classe/partido (tão bem analisado por Cornelius Castoriadis) em que a primeira perde qualquer protagonismo. Daí o adesismo ou imobilismo das correntes marxistas que estão em minoria. Daí o exclusivismo e frequente autoritarismo dos Partidos que estão em maioria. Pois nessa concepção reside a gênese do Partido Único. O círculo vicioso dos ultimatos dos pequenos aos grandes (do PSTU ao PSOL, do PSOL ao PCdoB/PT) e o desprezo dos grandes a minorias é algo inevitável. Os reformistas em maioria preferem incidir sobre movimentos espontâneos. Daí também a política da (CUT/CTB) de tentar integrar os precarizado ou proletariado marginal (setor potencialmente explosivo na etapa do capitalismo ultramonopolista e fundamental para reprodução e acumulação de capital). É só ver suas ações de organização dos imigrantes bolivianos em SP pela CUT, como dos camelôs do RJ, dos trabalhadores precarizado em diversas categorias que tem sido sistematicamente sindicalizados como no caso dos Bancários do RJ, bem como alguma legislação de proteção e sobre os operários de Jirau (em 2011), visando sempre neutralizá-los em sua espontaneidade. Assim o marxismo no Brasil, sem uma reformulação teórica e sem uma profunda luta e renovação teórica, ficará condenado a este espetáculo de horrores que temos testemunhado nos últimos 10 anos, de múltiplos Partidos que falam, pensam e escrevem a mesma coisa, com pequenas diferenças, e que não conseguem formar uma frente. Isso é indicativo do predomínio da pequena política burguesa nas estruturas, ou seja, sua **integração sistêmica**. Um partido, mesmo reformista, teria de rever sua linha, e antes de ser um **partido eleitoral de massas** (aquele que não mobiliza para

lutas econômicas e políticas diretas os órgãos da classe ou o faz num nível mínimo) ser um **partido de organização de massa**. Essa é principal diferença entre o PT e o PCdoB, eles sabem manter e conduzir lutas em baixa intensidade para manter a maioria e hegemonia que obtiveram no passado quando aplicaram a política de um partido de organização de massa. O PSOL e PSTU querem ganhar a maioria saltando esse estágio da organização de massa (que o PT e PCdoB realizaram nos anos 1980 e 1990), daí seu fracasso tanto eleitoral quanto de massas. Daí as raízes da hegemonia do PT/PCdoB. Daí eles serem os adversários estratégicos, os principais adversários da disputa pela hegemonia, dentro **dinâmica minoria-maioria**.

Uma segunda visão é mais difusa. Mas ela está presente no **ecletismo anarco-comunista, no autonomismo (deturpado por interpretações simplistas), conselhismo e individualismo, e mesmo no pensamento de "esquerda" que se pretende "independente"**. Nessa visão não existe luta econômica, ela é educação e "propaganda" e educação moral feita de fora, pelos ontem professores e hoje "assessores". Isso é típico do anarco-comunismo de Kropotkin, mas está na ideologia das ONG's e várias outras. Ou é luta e organização que possuem um fim transcendente que é "luta e organização". Típico do anarco-comunismo de Malatesta, e por isso é desnecessária qualquer teoria que pode ficar para um "futuro indefinido" (presente também nos impulsos espontaneístas). Nas visões equivocadas do autonomismo (porque na teoria da autonomia de Castoriadis existe partido revolucionário, e mesmo em certas versões do conselhismo) é desnecessária qualquer organização, ou a organização é sempre vista sob a ameaça da "burocratização", como se esta fosse um desvio "inato" esperando para se manifestar e daí a desintegração cíclica e efemeridade desses grupos.

Por outro lado, quando se prescreve a "ação" é possível a participação em qualquer movimento desde que seja de "oprimidos, excluídos". No caso daqueles que se propõem à "ação" ficam oscilando entre dois polos. Um educacionista (que é um tipo de vanguardismo envergonhado, que considera os militantes e trabalhadores em geral como eternas vítimas indefesas das organizações políticas, sem capacidade de refletir, filtrar e manipular forças políticas, o que qualquer estudante de sociologia de terceiro período hoje sabe, pela imensa literatura existente que não tem fundamento histórico). Daí o desvio empirista e quantitativista: sem grandes quantidades, não é possível fazer política, porque não é possível educar. Ou sem grandes quantidades não é possível fazer política, porque sem a organização sindical a própria organização política não pode se constituir. Ou simplesmente no caso transitam ao individualismo, capitulam e tornam-se desorganizadores espontaneístas. E nisso entram em acordo com a socialdemocracia (falaremos disso mais adiante).

Mas aqui reside um ponto fundamental. O anarco-comunismo italiano, assim como anarco-sindicalismo espanhol são fenômenos complexos e contraditórios. Não falaremos aqui por falta de espaço. Mas eles mesclavam uma estrutura de massas do Tipo-AIT com uma prática insurrecionalista. Isso deu um caráter de classe que não se encontra hoje no Brasil. E na teoria uma das poucas contribuições teóricas de Malatesta e Fabbri (de quando estavam combatendo os sindicalis-

tas puros e individualistas no final do século XIX e início do século XX), foi exatamente o desenvolvimento da ideia da relação entre "*maiorias e minorias*". Mas quem usa essa formulação somos nós. O ecletismo ignora essa formulação e reproduzem o argumento dado pelo campo mais imediato, empírico, ou seja, o reformismo marxista no seu estado atual hegemônico e degenerado. Ficam à margem dos debates e questões, reproduzindo o argumento derivado do marxismo de "inexistência de condições". Daí a participação do FAO na Intersindical e em diversos movimentos governistas (como MST, MTD e etc.). Confundem caráter de classe e massa com maioria historicamente manifesta, aderem a essa maioria historicamente constituída e dirigida pelos reformistas. Política empirista e obreirista. Fazem luta corporativa, cooperativa, ações educativas, mas essas são normalmente locais e não geram tensão estratégica de projetos para o futuro. Mas essas mesmas práticas estão disseminadas em inúmeros pequenos grupos de ação pelo país, mesmo dentro de partidos reformistas e independentes.

A terceira é a visão bakunista, que rompe com o Marxismo de cima a baixo, em diversos aspectos, mas em dois principais: contra o economicismo (mesmo "maquiado"), ao opor a dialética política-economia ao determinismo econômico; e contra a concepção materialista de história, opõe o materialismo sociológico, baseado numa teoria da ação complexa que envolve a transição entre condições objetivas e subjetivas, entre a formação das representações ideais e forças materiais.

Esse item é extremamente importante. No texto "*A Política da Internacional*", publicado num dos jornais da AIT (da Federação do Jura), Bakunin coloca exatamente a dupla função da luta econômica: ela é educativa, ela é experiência e assim o meio material capaz de transformar os indivíduos e classes; por outro lado, a luta econômica não é oposta a luta política, ela é o embrião da luta política revolucionária quando marca por suas reivindicações a negação e separação da política burguesa. Ou seja, a luta econômica só é econômica "relativamente", pois dependendo da forma concreta, ela cria condições para destruição do Estado e relações de classe, e por isso ela é social e política. Aqui reside a dialética da política-economia também no nível micro. A positividade da luta econômica tem também uma negatividade e essa negatividade, é política, pois ela tem potencial de anulação do poder do Estado e Capital, localmente e globalmente. A Luta econômica tem uma dimensão social e política e a luta política tem uma dimensão econômica e social. Se isso não se manifesta dessa maneira é preciso a ação dos revolucionários para provocar isso. Porque o economicismo da classe é introduzido "de fora" e "de dentro" (por forças como a socialdemocracia e por pressões materiais, mas não é inato). Daí a importância da Agitação. É iniciativa individual e de minorias, ao alcance de qualquer grupo autônomo, que pode realizar espontaneamente. Espontaneidade no bakunismo não é contrário à organização prévia, ao contrário, é o produto de condições internas aos indivíduos e grupos. O "partido" não determina a classe, logo não existe imobilismo, porque espontaneamente, ou seja, por capacidade, reflexão e iniciativa própria a classe se organiza (Tema que Rosa Luxemburgo vai tentar reintroduzir na socialdemocracia sem sucesso). A luta econômica é central para os bakunistas, mas ela é dialética. É tanto a aplicação quanto

a extensão da dialética da teoria à prática, quanto da prática à teoria.

E aqui chegamos a um aspecto crucial da diferença teórica do bakuninismo de todas as grandes correntes teóricas (marxismo, liberalismo, positivismo, conservadorismo). A teoria da matéria é uma teoria que concebe a continuidade entre natureza e sociedade (e não oposição). O marxismo também concebe a história como extensão da natureza, mas apenas no momento em que a produção transforma o mundo material. Assim, o econômico é que determina. E ao estabelecer o determinismo econômico se abre a porta para a negação do materialismo. Não existe teoria da ação humana, da sua formação, da subjetividade. Por isso as frequentes análises esquemáticas e mecanicistas da relação classe-comportamento político, indivíduo/sociedade e etc. (e os atos desesperados de resolver pelo apelo ao culturalismo e psicologismo, e os rios de tinta sobre alienação e consciência, em que se manifesta toda a vertente idealista do marxismo e nunca levaram a nada).

Bakunin desenvolveu, a partir de Proudhon e da crítica da psicologia positivista, uma complexa teoria da ação que iremos aqui abordar apenas no aspecto que nos interessa, a formação da dinâmica ação-reação média na classe trabalhadora diante de seus problemas históricos, pois ela está ligada à teoria do comportamento político e a dinâmica minoria-maioria e luta pela hegemonia.

Qual é o principal ponto da teoria da ação? Em primeiro lugar, ele partiu do estabelecimento de um princípio dialético. A dialética entre revolução e contrarrevolução, princípio teórico extraído da experiência histórica, da observação e crítica da experiência das revoluções e contrarrevoluções e reformas dos séculos XVII-XIX. Esse princípio da dialética revolução/contrarrevolução (ou reação) comporta várias dinâmicas dentro de si (a dinâmica minoria-maioria é uma delas, as existem também a dinâmica reforma/revolução e a dinâmica de ação-reação das classes, povos, categorias sociais diante de problemas históricos).

A partir disso estabeleceu outro pressuposto da teoria da ação. Não existe "inatismo", ou seja, não existem comportamentos inatos. Todos são adquiridos pela interação de causas objetivas (exteriores) e subjetivas (interiores). Disso decorrem duas constatações inegáveis: primeira, o caráter "animal" do homem, ou seja, material, seu corpo é uma unidade biológica e natural que integra um mundo com diversas espécies igualmente e forças naturais com as quais mantém relações. Segunda, nas espécies animais em geral (e inclusive no homem, e isso é extremamente importante) existem dois instintos gerais (podemos entender o instinto como uma ação involuntária, ou seja, completamente determinada), o de autoconservação e o de conservação da espécie e seus grupos imediatos nos quais se organiza (todas são formulações de Bakunin, a partir da leitura crítica de outros autores).

No mundo animal, isso significa várias coisas que não vamos detalhar aqui, mas por exemplo, a relação dos bandos, das matilhas, dos cardumes entre si e etc., suas formas de proteção, defesa, alimentação e caça coletivas. As ações operam sempre por esses dois instintos e explicam por exemplo, a defesa coletiva de certos animais contra ataques de outras espécies. Quando vamos transportar o instinto para o mundo humano,

não devemos desnaturalizar, ou seja, supor que os seres humanos não possuem instintos (o que é a versão idealista), eles também manifestam esses instintos de autopreservação e preservação da espécie e ou/grupo imediato ao qual está vinculado. Mas existem condições materiais, corporais, da especificidade do corpo humano, que promovem uma radical ruptura em relação às demais espécies (mas não à natureza em seu conjunto).

O ser humano é dotado de um cérebro e um corpo que permite, de um lado a associação de sentimentos e ideias, ou seja, representações (termos de Bakunin) e o trabalho – que transforma a natureza e logo o homem e o mundo. Nem inatismo, nem hereditariedade global. O homem é livre em dois sentidos, tem autonomia relativa, pois seus instintos não os determinam plenamente. E por isso é um traço distintivo do homem enquanto espécie, pois o pensamento e ação não são meramente determinados pela estrutura fisiológica, mas relativamente livres em relação a ela, dando a ela uma indeterminada quantidade de formas de manifestação. Mas ao mesmo tempo, essa liberdade/vontade, enquanto força subjetiva, não é em si mesma absoluta, pois as condições sociais e materiais geram forças contrárias a essa liberdade. A história gerou, pelo desenvolvimento do teologismo e da religião, formas de transformar essas forças de vontade que formam o "humano" individual e coletivamente, por meio de representações e instituições específicas, na negação da liberdade. O Estado e a Igreja foram duas dessas principais instituições.

A característica principal do pensamento é que ele não é nem inato, nem herdado, ele é adquirido, construído, pela experiência material na sociedade. Pensamento-vontade-liberdade, dadas por condições materiais, negadas pela história material e social. Dessa maneira esses dois instintos no ser humano são mediados então por essa dupla capacidade gerada pelo pensamento e é por isso que o pensamento é também uma força de vontade, uma força material, que se coloca como contrapeso ou elemento de modelagem dos instintos. Aqui chegamos ao nó da questão.

Os instintos gerais, dos seres biológicos, manifestam-se nas sociedades humanas também: autopreservação e preservação da espécie, ou coletivo imediato no qual está organizado. Como a sociedade capitalista atual está organizada? Em indivíduos que pertencem a famílias, grupos profissionais, instituições de natureza diversa, comunidades rurais, nações e etc. Como então se formam dinâmicas de ação-reação média diante dos problemas inegáveis da sociedade (reprodução, distribuição, circulação, tanto em termos de bens materiais quanto imateriais)?

Uma média não é nada além que um cálculo matemático, uma abstração, que serve apenas para uma orientação geral. Mas nos ajuda a entender a confluência e recorrência de um fato: os instintos de autoconservação na sociedade humana assumem formas diversas, historicamente, socialmente, materialmente e ideologicamente determinadas. Pode predominar a autopreservação individual por meio da expressão ideológica do liberalismo e do hedonismo; a autopreservação pela resignação, pelo medo de qualquer iniciativa que atente contra a ordem (imobilismo); a autopreservação coletiva (de grupos) igualmente de diversas formas (e não é contraditório com o primeiro, é uma forma de

realizá-lo) se expressa no corporativismo profissional, no familismo (defesa conservadora da família como fim absoluto), comunizarismo (cultural, religioso) no nacionalismo e racismo (forma superior da ideologia discriminatória, mas que começa com a tradução desses instintos para o mundo humano, ou seja, socialmente determinado).

Mas qual é a contribuição, a descoberta fundamental de Bakunin e sua contribuição à teoria da subjetividade e da ação? Não existe cisão absoluta entre subjetivo e objetivo, o objetivo não determina de fora o subjetivo, e o subjetivo também é força objetiva, já que o trabalho humano é força produtiva e sua ação, **força agente** na história; já que o ser humano é natural, o mundo social é uma extensão do mundo natural e está sujeito às mesmas condições. Não existe também inatismo, nem hereditariedade global e absoluta, nem biológica-fisiológica, nem social.

Qual a consequência sociológica para a luta de classes? O campesinato não pode ser inatamente conservador, o operário industrial não pode ser inatamente revolucionário, nem os "excluídos" inatamente mais importantes para a luta de classes. O problema nunca será o de transportar a consciência revolucionária para dentro do proletariado e proletarizar os camponeses, por exemplo. Não existe um vazio de "ações-reações", ausência de política, de pensamentos-vontades, porque, se assim fosse, seria impossível qualquer luta econômica, e logo, a luta de classes e logo qualquer mudança social.

As atitudes não sendo herdadas de forma absoluta, nem inatas, sempre guardam uma gênese indeterminada, caótica, baseada em ações-reações incessantes do todo (o mundo social e natural) sobre as partes (indivíduos, sociedades humanas), e estas podem sempre interpretar subjetivamente os instintos fundamentais da autoconservação individual e coletiva, de maneiras distintas. O classismo e internacionalismo são formas de colocar soluções políticas e sociais para essas forças. Ao afirmarmos que o econômico não determina a essência "camponesa" (ou de qualquer outra categoria sócio-ocupacional, classe ou povo) como conservadora ou revolucionária, sempre fica a possibilidade de uma nova experiência desencadear uma transformação das atitudes médias, ou seja, gerar novas ações. Não significa que as condições econômicas e políticas não determinem o comportamento, significa que essa determinação não pode nunca se transformar num inatismo encoberto por categorias econômicas que negam as descobertas básicas do materialismo na biologia e filosofia.

Assim essas duas dinâmicas estão ligadas a dialética revolução/contrarrevolução. Quando falamos de dialética, falamos "**Relação de interdependência e antagonismo estrutural**". Essa relação não é um princípio abstrato. É um antagonismo que tem se mantido desde a formação do capitalismo. Não significa que toda a história se resume a isso, mas que toda a história passa por isso em algum momento. Essa dialética integraliza todas essas dinâmicas que se encadeiam e formam a dialética revolução-contrarrevolução (e a contrarrevolução nada mais é que a reprodução do próprio sistema capitalista). Assim como a dialética revolução/contrarrevolução, a dialética das classes (da burguesia e do proletariado) é um princípio teórico que deriva da interpretação da história. E o capitalismo por

necessidade vive se reformando-reestruturando, desde que as reformas prolonguem a existência do sistema. É por isso que há um limite a todo reformismo. Se ele extrapola os limites e ameaça se tornar revolução, seu limite é dado pela Ditadura Burguesa e intervenção Imperialista. Se se realiza plenamente, torna-se apenas uma parte do sistema capitalista que deveria combater, ou seja, se integra.

O problema é que jamais a revolução avança enquanto processo histórico geral se não por meio de ações particulares, locais e imediatas nas dinâmicas minoria-maioria e reforma/revolução. O que é a dinâmica reforma-revolução? É o conjunto de ações que um campo exerce sobre um setor de outro campo. Não é uma dialética, porque a reforma integra o campo da contrarrevolução, e a revolução se opõe a contrarrevolução. É por isso que nos momentos iniciais de desenvolvimento do reformismo, é possível que em ações e mesmo em discursos revolucionários se assemelhem aos reformistas. Mas é inevitável que sua própria autorrealização os afastem e os coloquem em antagonismo. Ou seja, a "unidade de ação" não é um princípio imutável. A revolução é um princípio imutável do bakuninismo. A unidade será preservada, combateremos o dogmatismo, o sectarismo, o empirismo, mas sabemos que o processo histórico tende a separar reforma de revolução.

O problema então é: como iniciar e direcionar uma força que é inerente a constituição dos homens materialmente e socialmente. Aqui então podemos apresentar uma síntese dessas definições, pois esse é o problema da revolução. A dinâmica minoria-maioria exige uma dinâmica de ações-reações que se conformam em agentes históricos majoritários ou minoritários, ou seja, sua transformação. Mas ela só é possível quando se reconhece essa dinâmica de ações-reações incessantes, a transformação contínua. Quando falamos de dinâmica-minoria maioria, ela abrange obviamente, mas não se reduz como na ótica dos reformistas, a maiorias eleitorais. Para nós a maioria é qualificada de outra maneira: diz respeito a se tornar uma força majoritária em relação à proporção das forças do Capital e do Estado e isso abrange uma série de condições que não iremos abordar aqui. A dinâmica ação-reação significa que todas as ações sempre têm reação, ou seja, não existe elemento passivo no mundo material (especialmente humano), todos sempre desencadeiam alguma ação. Ou seja, todos os comportamentos se transformam para isso é preciso uma ação, pois existe sempre ações contínuas apontando em caminhos diferentes, e mesmo, reações diferentes à todo esses fluxos de ações.

Daí a importância das minorias, daí o fato da agitação individual e de pequenos grupos cumprir um papel importante. Daí decorre o fato que nas lutas econômicas e políticas, as condições objetivas (estruturas econômicas, relações de produção, Estado) e as subjetivas, não são separadas de forma absoluta, pois as condições subjetivas dos trabalhadores são também forças objetiva enquanto *força produtiva* e *força agente* (no sentido político). Como não existe nem inatismo, nem hereditariedade de pensamento, nem predomínio absoluto dos instintos, mas existe nos seres humanos (indivíduos, famílias, classes, povos) liberdade-vontade, nesse sentido material, de combinar e associar sentimentos e ideias na forma de ideias que se conver-

tem em forças produtivas e forças coletivas é sempre possível transformar isso que chamamos de "dinâmica de ação-reação média". A média não é nem uma representação do todo, nem imutável. Significa que uma grande parcela esta sendo determinada pelas pressões materiais, exercendo pouco da sua liberdade-vontade no sentido subjetivo do termo e que as expressões existentes de ação consciente estão sendo dirigidas por representações determinadas de seus problemas históricos. Daí a necessidade da luta ideológica e teórica, daí a necessidade da luta econômica e política.

A dinâmica minoria-maioria é exatamente a transposição dessa concepção teórica para interpretar a disputa política, a luta de classes. A dimensão quantitativa de um grupo político não é impeditiva de suas ações, mas determinante para sua trajetória. O fundamental é ele conseguir manejar todos os fatores e através das diferentes formas de luta alcançar a maioria. Mas isso depende de mudanças objetivas e subjetivas que nenhuma força política controla totalmente. E enquanto não se transformam essas condições, ele tem duas alternativas: 1) capitular; 2) manter a intransigência revolucionária que só pode ser em relação a temas teóricos e programáticos, pois do contrario implicaria em sectarismo.

Qual a consequência dessa reflexão para política para a luta pela hegemonia? O imobilismo, o individualismo, familismo, comunitarismo (étnico, cultural, religioso, territorial), o corporativismo são todas manifestações de tendências *particularistas*: formas complexas de manifestação social de um fenômeno que tem também raízes biológicas, mas que é determinado na sua forma e conteúdo por condições sociais e históricas nas sociedades humanas. Dessa maneira a formação da subjetividade é um elemento central, pois ela possibilita a apropriação pelo capital e a transformação em força objetiva, ou seja, produtiva, das forças coletivas dos trabalhadores. Daí a importância da iniciação (ação que desencadeia uma ação) e direção (ações que continuam incidindo como causa visando um mesmo fim). Isso é iniciação-direção no sentido que definimos. Ou seja, quando falamos do papel da organização de iniciação-direção, estamos falando da dinâmica-ação-reação de condições objetivas subjetivas que visam suplantar os desvios ideológicos (imobilismo, individualismo, familismo, comunitarismo, corporativismo). As forças do capital do Estado trabalham para gerá-las. É algo básico: dividir para governar.

O método de Bakunin ajuda a resolver vários problemas e lançar nova luz sobre problemas da política dos trabalhadores e das ciências sociais (como a divisão do trabalho, a ação das classes sociais e uma alternativa ao materialismo economicista). Isso rompe com o esquematismo das análises marxistas. As ciências sociais estão se debatendo há algumas décadas e hoje a crítica do marxismo é usada para uma deserção em direção a teorias reacionárias pós-modernas e liberais. O bakuninismo é uma alternativa revolucionária a essa crise teórica.

d) Autoritarismo e "bolchevismo":

E aí podemos discutir a quarta acusação. Somos acusados de "bolchevismo" e "autoritarismo" o que vamos comentar agora. Em primeiro lugar: da mesma maneira que nós (e os Plataformistas e Makhno foram acusados de bolcheviques), os bolcheviques foram acu-

sados de "anarquistas" e Lenin de "bakuninista". Ou seja, bolchevismo não é um termo pejorativo apenas para anarquistas, grande parte dos marxistas assim o considera.

Essas acusações capturam a superficialidade de um fenômeno complexo e criam com base em confusão e desconhecimento teórico e histórico analogias absurdas. O que há em comum, se é que há, entre bolchevismo e bakuninismo? O que os tornaram e os tornam heréticos dentro de seus respectivos contextos históricos, combatidos respectivamente ao mesmo tempo pelo revisionismo do marxismo e do anarquismo? A teoria da organização baseada na conspiração revolucionária. Aqui reside o ponto comum. Lenin, assim como Bakunin, delineou uma teoria da organização política como partido clandestino, além da crítica a aliança com a burguesia, que levou o leninismo a uma quebra, relativa, da teoria etapista de revolução. Os motivos dessa crítica vinda dos setores de direita se dá pela defesa da unidade com a burguesia ao afirmarem que o ponto de vista leninista significava uma "quebra da unidade com comitês de frente única com setores da 'burguesia progressista'", que foi a ruptura realizada na Rússia entre o Congresso dos Sovietes e o Tsik (parlamento unificado) de Petrogrado. Mas essas teorias, bolcheviques e bakuninistas, são antagônicas entre si, porque as concepções materialistas são antagônicas.

Mas porque a socialdemocracia internacional e o anarco-comunismo nas suas diversas variações convergem na defesa de um mesmo ponto? Porque os defensores do Partido Eleitoral de Massas e os "Antipartidários" condenam a mesma forma de organização? Porque quem formulou a crítica que originou este princípio e a difundiu nas duas correntes foram os mesmos teóricos: Marx e Engels. Marx e Engels lançaram uma campanha contra a "Aliança" na qual dois itens principais do argumento eram 1) a organização secreta era contra os princípios da Internacional e incompatível sua organização de massas 2) a organização secreta era autoritária porque tentava se impor clandestinamente (além de outros argumentos, como ineficácia da greve e ação direta, falta de teoria e apoliticismo).

O que é interessante é que dois dos principais formuladores do anarco-comunismo, que depois seria ainda mais radicalizado por Kropotkin, foram colaboradores diretos de Marx e Engels: o Italiano Carlos Cafiero, que atuou com Malatesta e o influenciou bastante, e Anselmo Lourenzo, militante espanhol, que colaborou diretamente com Paul Lafargue na campanha contra a Aliança na Espanha em 1871-1872 e influenciou bastante toda uma corrente do que viria a ser o anarcosindicalismo e anarco-comunismo espanhol. Cafiero foi um dos precursores do anarco-comunismo também ajudou na organização do Partido Socialista Italiano e traduziu várias obras de Marx. E ainda é importante lembrar das cartas de Marx aos populistas russos, para tentar criar um efeito semelhante na Rússia, que levaria a cisão do "Partido Terra e Liberdade" e uma das alas seria a de Plekhanov, fundador do Partido Social-Democrata Russo. Lenin foi opositor de Plekhanov, e exatamente por divergir dessa posição que viria a ser o legalismo dos mencheviques. Logo, a acusação a Lenin de ser bakuninista e a acusação de serem bolcheviques os bakuninistas encontra nesse argumento sua gênese comum: a recusa da organização de tipo revolucionário. Qual a identidade entre o Partido Bolchevique

e a organização bakuninista em termos de teoria da organização? Nenhuma. Basta apontar dois pontos: o *federalismo x centralismo democrático*; a *teoria da revolução integral x teoria etapista da revolução*.

Poderíamos aprofundar mais a crítica, mas não é necessário aqui. Basta dizer que as acusações irão permanecer, porque ela não deriva de como o bakuninismo está relacionado ao leninismo e vice-versa, mas sim de como o “anarco-comunismo/individualismo” estão profundamente associados e intimamente a socialdemocracia, com qual manteve várias transações, ou seja, como o revisionismo no anarquismo é produto em parte de uma estratégia deliberada comandada por Marx e Engels de combate ao modelo de organização bakuninista. Mas esse é um tema que desenvolveremos em outra ocasião.

Qual a consequência prática dessa dupla negação? A socialdemocracia (e todas as variações, como o movimento comunista internacional) se organiza em larga escala e dá à direção política ao movimento de massas. Impede a revolução pelo reformismo, ou dá uma direção à luta revolucionária que leva a burocratização na fase pós-revolucionária. Os anarco-comunistas falam de revolução, mas não se organizam de maneira necessária. Ou imobilizados no mero educacionismo, ou fazendo uma luta econômica que coexistem com a hegemonia reformista até ser tragada por ela (como foi na Itália, na Espanha nas “frentes amplas”, como foi a minifrente de direita representada pela Intersindical). Até agora a história foi assim (estamos simplificando, obviamente essa história tem certas variações e contradições, mas o resultado geral é esse). A acusação de bolchevismo e bakuninismo têm servido para, nos momentos de crise e desagregação da socialdemocracia, impedir a formação de uma organização de tipo revolucionária (secreta, com unidade teórica, tática de tipo bakuninista, ou de centralismo-democrático de tipo leninista). Daí os ciclos de integração e desintegração do marxismo e anarco-comunismo que analisamos na plataforma internacional.

Ou seja, é preciso rechaçar essas acusações não porque elas tenham algo de verdadeiro, mas porque elas fazem parte das armas ideológicas que se somam às condições subjetivas (o imobilismo, o individualismo, o familismo, o comunitarismo, o corporativismo, o nacionalismo) como fatores que afastam as massas da organização classista e revolucionária.

E por isso que para resolver o **problema estrutural e conjuntural** que apontamos acima, precisamos da teoria da organização política e da revolução. Saber como, para que e por que nos organizarmos. Agora podemos abordar um problema tático, mas que é a transposição das questões abordadas acima para a prática atual: desmascarar e combater a direção reformista-governista das massas. E como trabalhar a propaganda e agitação para mudar as atitudes das massas combatendo os desvios ideológicos particularistas.

Precisamos organizar e formar **militantes iniciadores-dirigentes**. Isso exige uma organização de tipo bakuninista. Exige Persistência e Paciência. Não é esperar para a teoria e a organização revolucionária (assim como a revolução) surgirem num futuro distante enquanto hoje floreamos e capitulamos ao reformismo, mas é a paciência associada à persistência de aplicar a linha correta mesmo sem ver resultados, mesmo vindo a massa desmobilizada, ou sendo capturada para

formas de organização e luta degeneradas. É a paciência e persistência de atuar em condições adversas, de minoria, de isolamento, sendo atacado por todos os lados, sabendo que a correta teoria irá permitir que a minoria de hoje se transforme na maioria de amanhã. Isso é se guiar pela ***dinâmica minoria-maioria***. Daí deriva outra questão, que é: os problemas históricos dos trabalhadores estão sendo parcial ou integralmente resolvidos? Dessa resposta depende o tipo ação-reação que os trabalhadores podem ter diante de propostas oriundas dos diferentes espectros políticos, e logo, as possibilidades de ação dos grupos revolucionários.

3) Uma Década de Ilusões: as verdadeiras condições objetivas produzidas pelo Governo Lula-Dilma (2003-2012) e cenários para crise mundial

Para ajudar a transformar as condições subjetivas/objetivas que emperram o processo revolucionário, é preciso em primeiro lugar atacar alguns dos seus fundamentos. Alguns desses fundamentos são ilusões que o Estado difunde, através dos diferentes Governos, Partidos e outros instrumentos.

Na última década existe um conjunto de ilusões que foram cimentadas. Todas essas ilusões derivam do fato de que é apresentado que o Governo Lula está realizando uma “grande transformação econômica e social”. Problemas existem, mas seriam aspectos isolados, pontuais que serão solucionados com negociações futuras. O governo Lula e agora Dilma estariam “melhorando” as condições globais de vida. O mesmo é dito pelo PSDB sobre a era FHC. E ainda dizem que muito das realizações dos governos Lula e Dilma se deve ao terreno que FHC preparou anteriormente.

Qual era a grande promessa do programa “democrático” do PT, ou da ideia de etapa democrática da revolução burguesa do PCdoB, atualização da antiga proposta do PCB? Essa promessa era de resolver essas principais questões. Podemos comparar a Carta ao Povo Brasileiro de Lula com as Resoluções do IV Congresso do PT que:

“O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras. O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral”. Carta ao Povo Brasileiro de Lula (2002)

"O Partido dos Trabalhadores inicia hoje, 2 de setembro de 2011, a segunda fase de seu 4º Congresso, convocada para uma reforma estatutária que atualize a estrutura partidária à luz da nossa experiência, de nossos êxitos, e dos desafios a superar. A primeira fase deste Congresso, em fevereiro de 2010, marcou o início de um momento inédito na história brasileira: Dilma Rousseff foi aprovada pelos delegados e delegadas eleitos pelo voto direto dos filiados e filiadas do partido em todo o país, como candidata a presidenta da República, para suceder o exitoso governo do presidente Lula. A vitória eleitoral que se seguiu significou uma profunda mudança democrática, uma ruptura com o passado, em que só homens haviam chegado ao posto principal da nossa República. O PT aprovou também, naquela fase do 4º Congresso, as Diretrizes do Programa de Governo, que propôs à aliança vitoriosa que viria a se formar em torno de nossa candidata. Agora, oito meses depois da posse da presidenta Dilma, o PT comemora a aprovação da sociedade brasileira à condução que ela vem dando ao país em continuidade das transformações ocorridas desde 2003 e que constituem um legado extraordinário para a esquerda e uma referência progressista e democrática para o mundo. Hoje, o Brasil avança na igualdade social, no equilíbrio regional, na democracia, com uma economia forte e uma política internacional soberana para este novo momento da história mundial (Resoluções do IV Congresso do PT. 2011)".

Assim, todo o bloco governista (PT/CUT/CMS, PCdoB/CTB e demais Movimentos Sociais que apoiam Dilma Rousseff) estavam compartilhando dessa premissa.

A tática principal de propaganda do PT é apresentar sempre supostas melhorias de forma isolada, parte por parte, e sempre comparando com um passado recente (o Governo Fernando Henrique Cardoso 1995-2002). É como se a história se resumisse a polarização neoliberalismo x antineoliberalismo, materializada no Brasil na oposição entre Governo PT X PSDB. Essa análise dualista é simplista e está na base da produção dessas ilusões. A realidade não resume a dualismos.

Tudo se transforma quando fazemos uma análise global, comparando os diferentes setores da sociedade e questões, cruzando diferentes dados, e fazendo comparações históricas de médio prazo.

Nós conseguimos demonstrar o que deveria ser óbvio: 1) a questão social do Brasil, em todas as dimensões que podemos decompô-la, não só não foram resolvidas, como não sofreram "melhoras parciais" em relação ao desenvolvimentismo clássico (Era Vargas, Ditadura Militar), ao contrário, suas contradições estão sendo agravadas; 2) o Governo Lula opera dentro de um Estado Neoliberal, aplicando políticas híbridas neoliberais e desenvolvimentistas, mas ele se assenta e continua o trabalho de FHC porque isso é um imperativo do capitalismo ultramonopolista. Mas ao contrário do que propaga o PSDB, esse continuísmo só aprofunda a desigualdade social e a repressão.

As reformas do Estado e o modelo toyotista de produção são necessidades impostas pelo sistema mundial. Nenhuma ação do Governo Lula e Dilma romperam com tal modelo e sua expressão no plano político. Por outro lado, mesmo as reformas parciais são

reestruturações demandadas pelo capital.

As ações pontuais do Governo Lula só tem um significado em relação ao caráter predatório da ofensiva comandada pelo PSDB nos anos 1994-2002. Essa é uma diferença, pequena, mas que explorada politicamente é apresentada como diferença "estrutural". É essa ilusão que iremos destruir.

Na análise abaixo vamos vincular os períodos FHC e LULA, ou seja, as mudanças iniciadas e levadas adiante pelo governo tucano e como isso foi utilizado pelo governo Lula/PT. Nosso programa decompõe a Questão Social no Brasil em: 1) Questão Político-Econômica (que abrange o modelo de Estado e governo, condições de vida e distribuição de renda e propriedade); Questão Nacional (da Dependência Externa, imperialismo e as relações no sistema mundial); 3) Questão Agrária (distribuição da terra, renda da terra e trabalho na agricultura); 4) Questão Urbana (problema habitacional e condições de vida nas cidades); 5) Questão Regional (problemas de concentração e distribuição entre diferentes regiões do país); 6) Questão Étnico-Racial e de Gênero (que aborda os problemas relativos ao racismo, machismo e emancipação das nacionalidades, povos e mulheres); 7) Questão da Violência (que considera o problema das mortes violentas de trabalhadores e sua origem de classe); 8) Questão Ambiental (que aborda o problema da exploração predatória da natureza e a degradação ambiental). Todas essas questões estão entrelaçadas. Não são separadas de forma absoluta. Durante todo o ano de 2012 estaremos produzindo documentos que serão publicados no nosso veículo de comunicação, o Causa do Povo, que vai explicitar ainda mais cada um destes pontos destacados acima.

Questão Político-Econômica

É importante destacar que tanto o liberalismo como o Marxismo Ortodoxo não tem uma coerência de longo prazo, transformando situações conjunturais em estruturais. Baseiam-se, no caso da crise econômica, em uma análise catastrofista. Podemos perceber isso com o exemplo dos anos 1980/90 quando avaliaram que o Japão superaria os EUA. Agora retomam mecanicamente a mesma ideia com relação à China. Assim, essa visão de rupturas profundas e prognósticos drásticos que não se confirmam são característicos do marxismo que informa o PT e do liberalismo do PSDB. Ambos têm certo catastrofismo. Hoje é a tese do "pós-neoliberalismo" e etc. É preciso romper com essa visão simplista e analisar os processos no médio prazo.

Neste sentido as mudanças em direção ao neoliberalismo foram adotadas mais efetivamente pelo governo FHC e mantidas em grande parte pelo governo Lula. Os principais indicadores da manutenção do Modelo Neoliberal são: 1) privatização; 2) serviços públicos; 3) reformas do Estado e políticas de regulação econômica (trabalho, previdência); 4) distribuição de renda, valor do salário e níveis de exploração (ou seja, a taxa de desigualdade social).

Foi colocado em prática o Estado Neoliberal, que marcou um recuo das políticas de regulação de capital e de bem-estar social. Mas não significou a diminuição de seu poder, pelo contrário aumentou ainda mais seu poder coercitivo, vigilante e repressor para manter os ganhos capitalistas e a circulação de capital. Neste sentido, as forças militares e policiais são fundamentais

para o desenvolvimento capitalista e os EUA permanecem como Estado fundamental do Sistema Mundo para manutenção e salvaguardas das garantias de circulação do capital. Este caso ficou mais explícitos com o deslocamento das frotas americanas para o Golfo de Áden na costa da Somália para combater os "piratas" somalis.

Sobre a questão da privatização é importante destacar que o governo Lula levou a frente a privatização das rodovias federais e o governo Dilma iniciou a privatização dos aeroportos. Não reverteu o quadro do governo FHC, continuou e houve pequenas alterações nessas políticas, como a transformação da Eletrobrás em uma empresa de capital aberto e economia mista, ao modelo Eletrobrás. Enquanto o PSDB privatizou a estrutura de produção sob controle estatal, o PT está privatizando a estrutura de circulação (de pessoas e mercadorias).

No serviço público brasileiro o governo Lula manteve a política de reestruturação do Estado iniciada pelo PSDB, ainda que fizesse uma política de contratações. Mas não se pode entender estes novos concursos sem vinculá-los ao período anterior, de inexistência de contratações efetivas. Mas mesmo a chamada política de recomposição do Estado defendida pelo PT é falsa.

Dados disponíveis do próprio governo (é só ver fontes do MPOG) demonstram que entre os servidores civis do executivo não houve uma recomposição, o número fica aquém do governo Collor. Por sua vez, o aumento do número dos aposentados foi tratado com a manutenção das medidas tucanas e implementação das reformas da previdência, como a de 2003 (Primeiro ano do governo Lula) e de 2012, com a criação do Fundo de Pensão (Funsprev) e equiparação do teto dos servidores com a iniciativa privada. (Ver tabela abaixo.)

Por sua vez, os únicos setores do Estado que houveram uma recomposição foram: o setor militar e o judiciário. Esta situação só pode ser entendida como parte da reestruturação estatal, iniciado no Governo Collor e FHC sobre a égide neoliberal, que significa fundamentalmente a formação de um Estado Penal/Policial com a judicialização das lutas sociais e criminalização dos movimentos sociais. Isso se explica em função de uma tendência estrutural do liberalismo em reforçar o estado de polícia.

Neste período do governo Lula a conjuntura econômica internacional favoreceu um maior crescimento econômico em relação ao período anterior, mas só possibilitada pelas condições externas e pelas medidas

tomadas no governo anterior (FHC). É importante destacar que "durante o governo FHC, a economia mundial cresceu à taxa média anual de 3,4% e as exportações mundiais de bens e serviços, à taxa de 6,6%. No governo Lula (2003-09), as taxas correspondentes foram de 3,6% e 4,3%, respectivamente. Considerando o período 2003-08, a economia mundial cresceu à taxa média anual de 4,2% e as exportações mundiais de bens e serviços, à taxa de 7,2% no período 2003-08".

Entretanto, a inflação média foi maior que o rendimento médio dos trabalhadores. O aumento do emprego, que não reverteu a situação histórica do mercado de trabalho no país (formal/informal), teve um acréscimo de mão de obra formal, mas que mantém alta informalidade, sem reverter os baixos salários, o que significa um aumento da extração de mais-valia no país. É preciso chamar atenção para o tipo de emprego que se criou a luz das reformas trabalhistas e previdenciárias efetivadas pelos governos FHC e Lula. Mesmo indicadores sociais criados pela ONU e pelo qual se baseia o governo não percebemos grandes melhoras. Em relação ao IDH o país não obteve melhora significativa.

O que tem se demonstrado é que a exploração do trabalho se aprofunda, tendo em vista as perdas salariais. Por outro lado mantém o modelo de Estado com políticas sociais focalizadas e não universais, como recomenda o Banco Mundial e executa países como Alemanha e Estados Unidos, alimentando o fisiologismo e a corrupção da política nacional.

Questão Nacional (Dependência Externa/Imperialismo) e Regional

Outra ilusão destacada é que o Governo Lula está assentando o crescimento no fortalecimento do capital produtivo, da "burguesia nacional". Este é um tema fundamental. Pois na realidade duas mistificações acontecem. A primeira é que o crescimento do "capital industrial/produtivo nacional" implicaria uma melhoria do bem estar social geral. A segunda é a da separação entre capital industrial e financeiro, e nacional e internacional. Na realidade, hoje cada vez mais existe um capital associado, um interesse associado. Não que não existam diferenças, mas elas não têm o peso e a significação que se atribui.

Primeiramente é importante destacar a relação entre: 1) o capital internacional e o de origem nacional e 2) entre o Capital Financeiro, Agrário e Industrial. Neste sentido, a formação dos grandes grupos econômicos está cada vez mais entrelaçada. As empresas de

	1991	1995	2002	2003	2006	2010
Ativos	991.996	951.585	809.975	856.236	887.579	970.605
Aposentados	348.630	483.228	516.192	522.399	508.460	516.635
Civis At.	661.996	630.763	530.662	534.392	573.341	630.542
Civis Ap.	244.875	362.719	386.391	392.005	374.351	377.771
Militares At.	330.000	320.822	279.313	321.844	314.238	340.063
Militares Ap.	103.755	117.509	129.801	130.394	134.109	138.864
Judiciário At.	-	64.561	82.057	82.117	91.025	115.739
Judiciário Ap.	-	14.831	16.212	16.513	16.317	20.442
Total At.	-	1.033.548	912.192	961.199	1.005.842	1.111.633
Total Ap.	-	502.280	538.537	545.867	532.048	543.722
TOTAL	-	1.836.251	1.855.966	1.922.765	1.980.740	2.061.781

capital aberto, como Petrobras e Vale, são exemplos da articulação entre o capital financeiro e “produtivo” na formação de grandes grupos econômicos e na valorização de capital associado à remessa de lucros ao estrangeiro. Outro exemplo importante é a holding J&F, que além do frigorífico JBS, controla a fabricante de produtos de higiene e limpeza Flora, o Banco Original, a J&F Oklahoma, maior empresa de confinamento de gado dos Estados Unidos, e a Eldorado, do setor de celulose.

Neste sentido, durante o governo Lula houve uma rentabilidade média dos bancos de 15,5%, enquanto no período FHC esta rentabilidade foi de 11,4%. Também neste período houve, em valor e número, mais fusões e aquisições, assim como o ganho das empresas na bolsa de valores foi de 11,4% no período Lula e de 3,2% no período FHC. Ao mesmo tempo o peso dos produtos primários na pauta de exportação aumentou consideravelmente. Segundo dados da FUNCEX, a exportação de produtos primários subiu de 20% no ano 2000 para mais de 40% em 2009, segundo a própria FUNCEX na década de 90 o Brasil exportava um volume maior de produtos primários, mas com preços menores, enquanto na década seguinte houve um aumento dos preços e uma redução do volume exportador.

Neste sentido é importante destacar, que segundo dados do IPEA a taxa de defasagem tecnológica aumentou de 3,8, no início do governo FHC, para 4,5 no final do governo Lula. Assim, segundo dados da própria FUNCEX os investimentos estrangeiros tem se concentrado em projetos de intensidade tecnológica baixa.

Podemos perceber, pelos próprios dados econômicos produzidos pelo governo e pelos organismos internacionais, uma manutenção da estrutura imperialista do capital. Isto é, não houve uma reversão, mas uma ampliação da dependência tecnológica e da exploração da força de trabalho. Os exemplos de controle acionário demonstram esta vinculação muito forte, e que não houve uma reversão da estrutura de vinculação entre centro e periferia. Pelo contrário, houve uma articulação maior entre Estado, grupos locais e internacionais que concentraram mais capital.

Por sua vez, esta concentração de capitais está associada à continuação da dependência externa. Sobre isto enfatizamos duas questões: 1) a evasão de capital associada à taxa de desigualdades na periferia e 2) o tipo de atividade estratégica controlada pelos países centrais. Neste sentido, durante a crise internacional houve um aumento da saída de rendas e lucros em direção ao centro do capital. É importante destacar que as economias centrais comandam ainda as principais atividades e direcionam os fluxos de capitais. Mesmo o aumento do comércio brasileiro com Ásia, liderada pela China, que se tornou a principal parceira comercial brasileira, está vinculado ao deslocamento liderado pelos próprios países centrais. Neste sentido, a relação “sul-sul” é efeito indireto da política dos países centrais, principalmente dos EUA. Assim, o desenvolvimento dependente é controlado pelo centro e a Ásia, o corredor do pacífico, aparece como centro de acumulação de capital mundial. Assim, a relação semiperiferia/semiperiferia se desenvolve a partir do ciclo de produtos comandados pelos Estados centrais, principalmente os EUA.

Neste sentido, o Estado Brasileiro aparece como um agente fundamental para os Estados Centrais para expansão do desenvolvimento capitalista. Os principais

conglomerados brasileiros passaram a participar das explorações de recursos naturais e das concessões em outros países da América Latina, Central e África, com forte apoio do Estado brasileiro.

Essa articulação e vinculação entre capitais e o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina deve ser visto associado ao desenvolvimento capitalista mundial. Neste sentido, as fusões, investimentos e obras públicas realizadas no país estão vinculadas ao projeto Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que tem como objetivo facilitar a exportação de energia, alimentos e matéria-prima via Pacífico, atual centro de acumulação do capital.

Ou seja, a dependência externa estrutural não diminuiu. Aprofundou-se. E ela explica a reprodução das desigualdades econômicas analisadas anteriormente e que detalharemos ainda mais abaixo.

Questão Étnico-Racial e de Gênero

É importante destacar ainda a paralisia em relação à demarcação das Terras indígenas e quilombolas durante o governo Lula e que continuam durante o governo Dilma. Os dados do LAESER demonstram que as desigualdades econômicas e sociais sofreram poucas alterações. As mulheres negras são as que ocupam os piores postos de trabalhos e tem os salários menores em relação inclusive aos homens negros. Em janeiro de 2010 a mulheres negras (pretas e pardas) tinham um rendimento médio de R\$ 760,27 enquanto as mulheres brancas recebiam R\$ 1437,64 e os homens brancos R\$ 2027,00. Por sua vez, a taxa de desemprego entre as mulheres negras era de 10,5% enquanto entre as mulheres brancas correspondiam a 7,5%.

Outro dado que demonstra a situação de desigualdade no mercado de trabalho é a percentagem de mulheres negras no emprego doméstico, que chega a 64% das empregadas domésticas. Portanto, as questões étnico-raciais e de gênero estão vinculadas aos próprios mecanismos de dominação e de exploração do capitalismo. Mesmo a limitada proposta do Estatuto da Igualdade Racial, principal política petista para a questão, foi aprovado sem seus principais pontos. O principal deles foi a exclusão do texto original da regularização de terras para remanescentes de quilombos. Durante o governo Lula (2003-2011), foram homologadas apenas 88 terras indígenas, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com cerca de 14,3 milhões de hectares homologados desde 2003. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foram com 147 áreas homologadas, cerca mais de 36 milhões de hectares. No mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foram demarcadas 128 terras indígenas, cerca de 32 milhões de hectares.

A questão étnica e de gênero aparece muito fortemente com a situação de superexploração global, uma vez que são as mulheres e as populações negras e indígenas que trabalham nas piores condições.

Assim, seja no campo ou na cidade, as desigualdades de natureza étnica não foram confrontadas. Ao contrário, os interesses territoriais de indígenas e quilombolas têm sido sacrificados em razão do modelo e políticas de desenvolvimento. As relações de dependência colocam na reestruturação produtiva o elemento étnico e racial como mecanismo de superexploração,

que assegura a remessa de capitais aos países centrais e perpetua a opressão de gênero, étnica e nacional, que estão entrelaçadas.

Questão Agrária e Ambiental

Um dos aspectos do processo de desenvolvimento econômico brasileiro atual está associado à valorização da terra/agronegócio para exportação de commodities. Portanto, a situação externa da alta dos preços das commodities favoreceu a economia brasileira, e com isso possibilitou um saldo positivo na balança comercial que manteve o balanço de pagamento superavitário. Neste sentido, o governo Lula avançou na articulação com os setores do agronegócio, expandindo a fronteira agrícola. O avanço da articulação com o agronegócio significou um aumento da valorização da terra e com isso uma diminuição de assentados e de demarcação de terras indígenas.

O atrelamento dos movimentos sociais ao governo, fez com que houvesse uma diminuição das mobilizações, mesmo com a manutenção: dos assassinatos no campo, da diferença salarial, da alta informalidade da mão de obra e da falta de moradia. Esta situação deve ser entendida como um processo sócio-histórico que foi levado a cabo no governo Lula, mas dependeu fundamentalmente das políticas centrais macroeconômicas do governo FHC. Isso porque o campo/agronegócio não fazia parte da preocupação central do governo tucano, preocupados em realizar reformas macroestruturais, principalmente no Estado brasileiro. Apesar do núcleo do agronegócio estar no Estado de São Paulo, principalmente base de apoio do PSDB.

Nas últimas décadas temos observados a vinculação entre a concentração de terra e de capital. É ainda importante destacar a sazonalidade e mobilidade da força de trabalho do campo, onde grande parcela dos trabalhadores do campo no sudeste é oriunda do Nordeste e norte do país. Por sua vez, esta força de trabalho é informal, em torno de 80%. Esta precariedade das condições de trabalho tem se ampliado.

É fundamental, no caso brasileiro, entender a relação entre campesinato/proletariado rural. Geralmente a formação do campesinato brasileiro está associada ao trabalho assalariado no campo, uma vez que este só consegue adquirir ou manter sua terra após o assalariamento. Neste sentido, não ocorre o processo de transformação do campesinato em proletariado urbano, como ocorreu, principalmente, na Inglaterra. Também é importante destacar a relação de fornecimento de força do trabalho dos assentamentos com as áreas de expansão agrícola. Neste sentido, os assentados abrem, de graça, a frente de expansão e depois este campesinato é expropriado e assalariado nos grandes latifúndios. A política de criação de assentamentos na região de fronteira atende duplamente ao capital. Da terra bruta que será desatada e transformada em terra produtiva pelo trabalho gratuito dos assentados. E depois reincorpora a terra e trabalho ao capital. Isso significa que o camponês se proletariza e se torna pequeno camponês pobre, um processo contínuo ainda em curso.

É importante demarcar esta caracterização, pois o PT propaga a ideia difusa de "uma agricultura familiar" a partir da constituição de grupos de pequenos agricultores. Mas esse apoio esconde a subordinação

dessa política a política de formação de mão de obra assalariada futura para o agronegócio. E o PCdoB, aplicando a visão clássica anticamponesa, defende a proletarização via expansão do agronegócio. Entretanto o proletário rural já existe e por sua vez o campesinato, da agricultura familiar é o próprio proletário rural. A política de apoio a pequenos produtores e proletarização é uma farsa, que esconde esse processo complexo.

O peso do chamado agronegócio na economia e na política nacional pode ser entendido pelos grandes projetos propostos e aprovados pelo governo como Código Florestal, Transposição do Rio São Francisco e Belo Monte que tende a favorecer os setores exportadores da economia nacional, principalmente de Energia para agroindústria. Além disso, estes projetos se complementam ao desenvolvimento do IIRSA em toda América do Sul. Para viabilizar e agilizar estes projetos o governo do PT terceirizou os laudos e estudos de impacto ambiental (**EIA/RIMA**), mas uma faceta do Estado Neoliberal e da política econômica vinculada ao desenvolvimento econômico direcionado pelo centro do capitalismo.

Questão Urbana e Questão da Violência

A questão da moradia é um tema fundamental. Ela diz muito sobre as condições de vida da classe trabalhadora, já que a renda fundiária urbana é um componente de depreciação da renda do trabalho. Por sua vez, a Política urbana e de Moradia esta associada diretamente ao setor financeiro. Primeiro temos uma política de financiamento privado/estatal e de valorização imobiliária por meio da especulação. Isso é um dos fatores que gerou o aumento dos preços dos imóveis, dos terrenos e do aluguel. Além do mais, foi aprovada a nova lei do inquilinato que favorece ainda mais o dono do imóvel. Uma análise criteriosa e crítica do Programa Minha Casa, Minha Vida demonstra como os dados são incongruentes com o déficit nacional de moradia, uma vez que há um grande déficit habitacional para quem tem até 3 salários mínimos e o programa é direcionado para pessoas que ganham até 10 SM. Portanto, não atinge o número desejado e nem resolve problemas habitacionais.

Outra grande questão é a relação do programa com a especulação imobiliária e o mercado financeiro. É necessária intermediação para conseguir acesso ao financiamento imobiliário. Assim, um trabalhador depende do projeto da construtora/incorporadora que conseguirá o financiamento via Estado (União/CEF). Além disso, podemos destacar a qualidade e perspectiva urbana dos projetos, uma vez que mantém projetos segregadores, com a criação de condomínios habitacionais, construídos com materiais de baixa qualidade. Um exemplo dos problemas que causam esta situação é a cidade de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, atingida em janeiro de 2011, segundo a ONU por um dos piores deslizamentos do mundo nos últimos 111 anos, não foi construída nenhuma casa em um ano após a tragédia.

Também foi constatado o aumento nacional da taxa de homicídio. Os dados oficiais do RJ, SP e PE diminuíram, mas estes foram contestados. Independentemente disto é importante destacar que o crescimento econômico não teve impacto na redução da violência, da taxa de homicídio. A Política de repressão do Estado também está vinculada ao paramilitarismo. Ou

seja, o país mantém alto índice de empregos informais (por volta de 45% da PEA, no campo este número sobe para 80%), uma grande desigualdade de renda (IDH e GINI), um aumento do número de presos e manutenção do problema da moradia.

Ou seja, as condições de moradia estão se deteriorando. O custo da moradia sobe em função do apoio ao capital financeiro. A política de segregação urbana se perpetua e com ela a violência urbana. A própria violência urbana alimenta a especulação imobiliária e a segregação. Assim todas as questões se entrelaçam e reforçam. O fato é que o trabalhador médio estará então dentro dessa situação urbana explosiva.

O acúmulo de contradições sociais e a crise econômica mundial

A dinâmica da crise mundial tem levado a centralização de capital por parte da Alemanha que mantém uma política de contenção inflacionária com estímulo a exportação, por isso a defesa do fim das barreiras comerciais. Ao mesmo tempo, para manter sua economia protegida, tem obrigado os países da periferia da Europa a aprofundarem reformas e medidas de contenção de gasto público, como reforma da previdência e arrocho salarial. Entretanto, como denunciado no parlamento europeu, a Alemanha e a França venderam para a Grécia milhões de dólares em equipamentos militares, como fragatas, caças, submarinos e helicópteros. Também é importante destacar que as políticas recessivas implementadas pela União Europeia, arrocho salarial e corte nos serviços públicos, vem acompanhadas de vultuosos empréstimos aos bancos, principalmente franceses e alemães, para que esses emprestem a países como a Grécia e forneçam créditos as empresas privadas. Esta situação tem agravado a estagnação econômica na região.

No Brasil a política de combate a crise no final do Governo Lula estimulou o mercado interno, abriu mais perspectivas para outros estados exportarem para o Brasil, com o agravamento da crise na Europa e nos Estados Unidos. Esta situação tem afetado particularmente o setor industrial brasileiro, que tem decrescido continuamente a sua participação na economia nacional, mas favoreceu os setores exportadores de commodities que garantiu a relação positiva na balança comercial brasileira, uma vez que se mantém a alta do preço das commodities. Por sua vez, o país tem aumento sua dívida pública com o aumento das reservas internacionais, principalmente pela alta taxa de juros que incide sobre os títulos estatais.

Além desta situação, durante a crise econômica houve um déficit das transações correntes da balança de pagamento, que impactou o saldo desta, que depende fundamentalmente dos saldos comerciais mantidos pela alta do preço das commodities dentro de um ciclo de alta dos preços. Neste sentido, o Brasil apresenta uma vulnerabilidade ao cenário externo.

Neste sentido o Brasil, no caminho contrário, queima instrumentos de "blindagem da crise"; uma vez que se aprofunda a reconfiguração da divisão internacional do trabalho e aumenta-se o endividamento para promover a acumulação dos megaprojetos para os megaeventos até 2016. Assim, o governo amplia a política fiscal de arrocho salarial dos servidores públicos e de parceria privada para gestão dos serviços públicos.

Assim, as contradições sociais acumuladas pelas políticas do PSDB e do PT colocam uma base objetiva determinada para os grupos políticos e ativistas classistas e combativos. Não existe ruptura entre o modelo econômico e político do PSDB e do PT. É o mesmo modelo que se aprofundou e operou sob condições diferentes: O modelo estrutural, do capital ultramonopolista. As diferenças derivam da manipulação de políticas econômicas de efeitos locais e de curtíssimo prazo. Isso possibilita a manipulação das contradições no interior da classe trabalhadora. Por concessões parciais, melhorias em relação a aspectos determinados. Mas mesmo essas melhorias só são reconhecíveis se fecharmos os olhos não para a história do século XX, mas para as condições de vida de 30 anos atrás. O PSDB e o PT conseguiram aprofundar as contradições sociais em todos os níveis, a base objetiva esta dada. É preciso a constituição de uma força social e política para mudar as ações-reações da classe trabalhadora, acabar com suas ilusões e retomar a luta de classes. Essa é a missão que assumimos e para a qual tentaremos contribuir.

4) Resoluções Políticas para o Período:

Considerando o estágio de construção da UNIPA, seu grau de desenvolvimento e suas tarefas;

Considerando a situação da questão social no Brasil, as condições econômicas, políticas, e demais condições objetivas e subjetivas.

Considerando o problema estrutural e conjuntural que afeta a organização da classe trabalhadora e dos revolucionários;

Considerando as necessidades das frentes, teórica e de massas, a Assembleia Nacional da UNIPA resolve:

1) Sobre política de organização: A UNIPA será organizada sempre de baixo para cima, por seu Congresso Nacional máximo, a Assembleia Nacional composta por delegadas dos Núcleos e que delibera sobre a política de organização, agitação e propaganda e conduz todas as tarefas ordinárias, de forma democrática preservando sempre a unidade tática. Essa unidade será produzida sempre por meio de votações democráticas e em todas as instâncias podem ser utilizados o método da maioria simples, absoluta ou qualificada dependendo do tema. A organização reconhece o direito de cisão (entendido como desligamento motivado por divergência de natureza ideológica/teórica). Porém será reconhecida como cisão apenas as divergências apresentadas e discutidas com antecedência nas instâncias devidas (locais e nacionais). As divergências devem ser apresentadas sempre em documento escrito com a argumentação sendo debatida sempre com a réplica elaborada pela organização. Qualquer outro procedimento é considerado deserção. Esse modelo visa atender as necessidades do atual estágio de construção do grupo político nacional. Por isso iremos também trabalhar para fortalecer quantitativa e qualitativamente os Núcleos existentes e tentar multiplicar os pró-Núcleos e Comitês de Apoio e Propaganda (CAP). Isso exige também o contínuo combate aos efeitos desorganizadores da concepção socialdemocrata

ta e anarco-comunista (pelo menos na sua forma mais avançada de degeneração), mostrando que o tipo de organização bakuninista não só não é sectária, empirista e autoritária, como na realidade esses traços podem se manifestar de diferentes formas em qualquer tipo de organização dependendo da sua natureza e da dinâmica da luta de classes. Isso significa reafirmar o papel iniciador-dirigente da organização bakuninista, com o significado que damos, e também dos militantes, bem como suas tarefas de agitação, propaganda e organização.

2) Sobre Frente Teórica: O problema da teoria é também um problema prático. É problema da produção concreta de intelectuais orgânicos (os "arqueiros da revolução", para usar a metáfora da flecha e do alvo) e da produção da análise da realidade. Assim a A.N resolve trabalhar para formar "intelectuais orgânicos" do proletariado anarquista e revolucionário. E aqui é importante afirmar: o trabalho teórico deve caminhar de forma harmônica e global com a frente de massas. Os "arqueiros" são apenas um setor, assim como a "infantaria e cavalaria" (organizadores, propagandistas e agitadores) da organização revolucionária. É uma divisão do trabalho, mas todos os militantes têm de estar preparados para transitar minimamente entre as tarefas destes diferentes setores. Nesse sentido iremos fortalecer o trabalho de divulgação editorial e investir na formação de intelectuais anarquistas. Como vimos, a função de iniciador-dirigente, quando observada do ângulo correto do materialismo, não é "autoritária", mas faz parte da dialética de ação-reação entre processos objetivos e subjetivos, que visam exatamente transformar a subjetividade capturada pelo capital (sob diversas formas) em subjetividades de resistência ao capital e força objetiva, ou seja, força coletiva a agente histórico-político. Esse processo é espontâneo no sentido materialista de que no limite, ele não é nunca completamente determinado de fora por forças produtivas, mas é sempre mediado por condições sociais concretas (objetivas e subjetivas), da qual a vontade/liberdade (de escolha, de pensamento) cumpre um papel fundamental. E demos início de um trabalho teórico mais sistemático que será divulgado por meio de uma linha editorial independente, tendo por foco principal o debate teórico com o marxismo e liberalismo, e periféricamente com o revisionismo anarquista. No próximo período trata-se de estender a luta teórica e ideológica ao terreno internacional e trazer mais grupos ao campo do bakuninismo. Essas ações apenas preparam o terreno para nosso objetivo principal na frente teórica: a formação de uma Escola Sociológica Bakuninista no Brasil e América Latina, para disputar o campo intelectual (o conhecimento produzido nas universidades e movimentos sociais).

3) Sobre Frente de Massas (luta econômica, programa reivindicativo e tática diante da conjuntura): É importante observar que a organização dos revolucionários anarquistas em um grupo político nacional corresponde dialeticamente à construção de protocorrentes de massas, que visam trazer e formar

novos militantes para luta de classes (tirando-os dos desvios ideológicos imobilista, individualistas, corporativista e etc.). Nesse sentido, o problema da organização dos revolucionários é também o problema da organização das massas. Esse problema é um híbrido de dois aspectos no Brasil: um estrutural, que é a predominância do modelo de sindicalismo de Estado, corporativista e socialdemocrata; e outro conjuntural, que é o problema da hegemonia governista. É preciso combater os dois problemas, o conjuntural e o estrutural. Ao mesmo tempo, a hegemonia governista garante um modelo político e econômico. Assim, o programa reivindicativo, apesar de estar muito distante do programa revolucionário socialista, é e deve ser muito mais avançado em todos os aspectos do que o programa de qualquer corrente, sindicato ou central existente, e isso vai acontecer sem ele romper os limites de um programa reivindicativo. O nosso programa reivindicativo está elaborado nos documentos "Programa Reivindicativo e Programa Revolucionário" e "Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário". Essas reivindicações devem ser colocadas em cada local de trabalho, moradia e estudo como forma de mobilizar a classe trabalhadora e transformá-la num agente histórico independente do Estado e da burguesia. Considerando que o campo antigovernista se dissolveu e existe um cerco governista e oportunista, a tática atual será de "atacar e recuar", ou seja, intervir nas assembleias, nos momentos de crise, nos debates estratégicos de cada categoria. Ensaiai organização de oposições e, caso não der certo, recuar, mas sem debandar. Tentar inserir as nossas pautas reivindicativas mais avançadas em todas as assembleias e mobilizações para desmascarar o governismo e o oportunismo reformista. Isso irá criar uma "capacidade ociosa" organizativa. Uma referência que, quando acontecimentos incidirem sobre as condições subjetivas e a classe apresentar padrões de ação-reação distintas do imobilismo, individualismo e etc. teremos legitimidade e capacidade orgânica mínima para tentar dar um salto qualitativo e quantitativo que agora nos é impossível dimensionar. É operar com a ideia de dinâmica minoria-maioria. Por isso iremos iniciar uma campanha de Propaganda: "*Chega de Ilusão, É hora da Ação!*" O principal instrumento será o documento teórico que será produzido intitulado (Uma década de ilusões: um balanço do governo do PT 2003-2012).

4) Sobre Relações Internacionais: Deliberamos por aprofundar a construção da RAI, com o início do debate público internacional sobre o bakuninismo. Nesse sentido, deliberamos pela construção de um Encontro Internacional do Anarquismo Revolucionário em 2013, para comemorar os 10 anos da UNIPA, fortalecer a construção nacional e internacional, que terá como pauta a discussão da Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário e a luta de classes no quadro da crise mundial. Deliberamos também por uma campanha "*140 Anos de Resistência Internacionalista!*" Em comemoração ao congresso da AIT de 1872 que combateu o liquidacionismo marxista e reafirmou a linha bakuninista.

UNIPA - União Popular Anarquista